



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná

www.prpr.mpf.gov.br

FORÇA TAREFA LAVA JATO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ:

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AOS

AUTOS: 5006628-92.2015.4.04.7000

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OPERAÇÃO LAVA JATO. PAGAMENTO DE PROPINA PELA EMPRESA CONSTRUTORA OAS AO EX-DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS, PAULO ROBERTO COSTA, POR INTERMÉDIO DE EMPRESAS VINCULADAS A ALBERTO YOUSSEF. APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI 8.429/92¹.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem, perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

em face de:

PAULO ROBERTO COSTA (ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS), brasileiro, casado, nascido em 01/01/1954, filho de Paulo Bachmann Costa e Evolina Pereira da Silva Costa, natural de Monte Alegre/PR, instrução, instrução terceiro grau completo, profissão Engenheiro, portador do documento de idade nº 1708889876/CREA/RJ, CPF 302612879-15, com endereço na Rua Ivando de Azambuja, casa 30, condomínio Rio Mar IX, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, atualmente recolhido em prisão domiciliar no Rio de Janeiro/RJ;

OAS S/A (OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 14.811.848/0001-05, com endereço na Avenida Angelica, 2330, 2346/2364, 9º andar, sala 904, Bairro Consolação, São Paulo, CEP 01228-200;

CONSTRUTORA OAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 14.310.577/0001-04, com endereço na Avenida Angelica, 2330, 2346/2364, 7º andar, Bairro Consolação, São Paulo, CEP 01228-200;

1 Sumário ao final da petição.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

COESA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 13.578.349/0001-57, com endereço na Avenida Angelica, 2330, 2.346-2.364, 7º andar, Sala 701, Bairro Consolação, São Paulo, CEP 01228-200;

JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO, vulgo "Léo Pinheiro", brasileiro, natural de Salvador/BA, nascido em 29/09/1951, filho de Izalta Ferraz Pinheiro e de José Aldemário Pinheiro, engenheiro, portador do RG 0091840740-SSP/SP, CPF 078.105.635-72, com endereço na Rua Roberto Caldas Kerr, 151, Edifício Planalto, Alto de Pinheiros, em São Paulo/SP, atualmente recolhido na Polícia Federal de Curitiba;

AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, brasileiro, natural de Bom Jesus da Lapa/SP, nascido em 08/06/1948, filho de Maria Magalhães Medeiros e de Waldemar Lins Medeiros, engenheiro civil, portador do RG 587464148-SSP/SP, CPF 063.787.575-34, com endereço na Rua Lourenço de Almeida, nº 580, apto. 121, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, atualmente recolhido na Polícia Federal de Curitiba;

MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 13/08/1978, filho de Maria Magnólia Coutinho de Sá e de Luciano Martins de Sá Oliveira, administrador de empresas, portador do RG nº 0747408815-SSP/SP, CPF: 784.015.265-15, residente e domiciliado na Rua Iperoig, 748, apto. 32, Perdizes, na cidade de São Paulo/SP, atualmente recolhido na Polícia Federal de Curitiba;

JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 09/01/1979, filho de Lucia Maria Nogueira Breghirolli e de Antonio Fernando Breghirolli, administrador de empresas, portador do RG 00668608703-SSP/SP, CPF nº 268.462.448-83, com domicílio na Rua Apinajés, nº 640, apto. 111, Perdizes, em São Paulo/SP, atualmente recolhido na Polícia Federal de Curitiba;

FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, brasileiro, natural de Curitiba/PR, nascido em 29/05/1962, filho de Regina Maria Stremel Andrade, engenheiro civil, portador do RG 3029288-SESP/PR, CPF nº 650.599.059-34, com domicílio na Rua Desembargador Burle, nº 68, ap. 202, Humaitá, no Rio de Janeiro/RJ;

JOÃO ALBERTO LAZZARI, brasileiro, nascido em 16/01/1952, filho de Rosa Potrich, inscrito no CPF com o nº 168.303.690-53, residente e domiciliado na Rua Jaques Felix, 96, apto. 22C, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo/SP;

nos termos a seguir expostos:

I – SÍNTESE E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA AÇÃO

A presente ação decorre dos desdobramentos cíveis das apurações realiza-

das no âmbito da *Operação Lava Jato*, relacionadas a crimes contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem econômica e contra a administração pública, além de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Dentre os diversos delitos identificados, foi comprovada a existência de um esquema controlado por diretores da sociedade de economia mista PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - **PETROBRAS**, por meio do qual empreiteiras cartelizadas contratadas para a execução de obras da empresa acordavam o pagamento de um percentual dos valores dos contratos como propina, em troca do beneplácito desses diretores à consecução de interesses das empreiteiras junto à **PETROBRAS**.

Esses recursos eram recebidos por operadores financeiros – profissionais dedicados à lavagem do dinheiro - a mando dos diretores da **PETROBRAS**, que em seguida promoviam a repartição do dinheiro entre os próprios empregados da empresa, partidos políticos e agentes políticos.

Nesse contexto, a presente ação tem por objeto especificamente o recebimento de propina sob o comando do Diretor **PAULO ROBERTO COSTA**, para si e para terceiros, no âmbito da Diretoria de Abastecimento da **PETROBRAS**, pagas pela empresa **CONSTRUTORA OAS**, por intermédio de transações fictícias via empresas de fachada operadas pelo doleiro ALBERTO YOUSSEF (arts. 9º, *caput*, I, VII e X, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

Almeja-se nesta ação, portanto, provimento declaratório da prática de atos de improbidade administrativa pelo ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, **PAULO ROBERTO COSTA**, e a condenação dos particulares que concorreram para a prática dos atos ímprobos e deles se beneficiaram nas penas cominadas no art. 12, I, da Lei 8.429/92.

Registra-se que o ato de receber qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de função pública já constitui, por si só, ato de improbidade (art. 9º, *caput* e VII, da Lei 8.429/92)², e notadamente se o pagamento adveio de quem tinha

2 (Lei 8.429/92) "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

interesse com potencialidade de ser amparado por ação ou omissão do agente público (art. 9º, I, da Lei 8.429/92)³. Ou seja, não é necessário demonstrar que o pagamento tinha por objetivo a prática de um ato específico pelo agente, ou que esse ato tenha sido efetivamente praticado, sendo suficiente a demonstração do enriquecimento sem causa do agente público e o interesse do corruptor em ações ou omissões daquele agente, consoante expressamente dispõe o art. 9º da Lei 8.429/92.

Nos fatos narrados nos autos, entretanto, é possível ir além e demonstrar concretamente a prática de atos comissivos e omissivos do ex-Diretor **PAULO ROBERTO COSTA** em favor de interesses do **Grupo OAS** na PETROBRAS.

Em relação à omissão, **PAULO ROBERTO COSTA** tinha ciência do funcionamento de um cartel de empreiteiras em detrimento da PETROBRAS e, cooptado pelos pagamentos de propina, manteve-se conivente e omitiu-se nos deveres que decorriam de seu ofício, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis em seu âmbito de atuação. Assim, sua conduta também se amolda ao inciso X do art. 9º da Lei 8.429/92⁴.

Tais atos, a par de configurarem enriquecimento ilícito, também causaram evidente prejuízo ao erário e violaram os princípios da Administração Pública. Dessa forma, também constituem atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Registra-se que **não é objeto desta ação o sobrepreço** ocorrido em cada licitação e nos respectivos contratos celebrados pelas empreiteiras cartelizadas, derivados da frustração da licitude de diversos procedimentos licitatórios da empresa em razão da atuação do cartel em conluio com **PAULO ROBERTO COSTA** e outros empregados da PETROBRAS.

[...].”

3 (Lei 8.429/92) “Art. 9º [...]:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

[...].”

4 (Lei 8.429/92) “Art. 9º [...]:

[...]

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

[...].”

Ou seja, o sobrepreço decorrente da formação do cartel e de benefícios concedidos às empresas cartelizadas nos procedimentos licitatórios será objeto de ações de improbidade específicas para cada licitação ou contrato (art. 10, V e VIII, da Lei 8.429/92)⁵, limitando-se esta ação ao recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA**, pagas pelas empresas rés.

Assim, serão objeto de ações autônomas:

a) os atos concretos de frustração da licitude de cada processo licitatório e de contratação por preços superiores aos de mercado (art. 10, *caput*, V e VIII, da Lei 8.429/92), e o ressarcimento dos prejuízos causados por tais atos;

b) a participação de agentes políticos e partidos políticos como indutores e beneficiários dos atos de improbidade imputados a **PAULO ROBERTO COSTA** e o enriquecimento ilícito desses agentes (art. 9º, *caput*, I, VII e X, c/c art. 3º, ambos da Lei 8.429/92);

c) as vantagens indevidas pagas por outras empreiteiras a **PAULO ROBERTO COSTA**, aquelas pagas pelas empreiteiras a diretores e empregados do alto escalão de outras áreas da **PETROBRAS** e, ainda, as vantagens indevidas pagas pelas empreiteiras por intermédio de outros operadores financeiros que não ALBERTO YOUSSEF (art. 9º *caput*, I, VII e X, da Lei 8.429/92).

II – DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Foi deflagrada, em 17 de março de 2014, a *Operação Lava Jato*, com o intuito, em um primeiro momento, de apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional.

5 (Lei 8.429/92) "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

[...]

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

[...]."

Com o avançar das investigações, desvelou-se a existência de um **gigantesco esquema criminoso** envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram as empresas GALVÃO ENGENHARIA, **OAS**, ODEBRECHT, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, GDK e SETAL, possibilitando que fosse fraudada a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela **PETROBRAS** entre os anos de 2004 e 2014, majorando os lucros das empresas em centenas de milhões de reais.

Conforme adiante será narrado, para o perfeito funcionamento deste cartel de grandes empreiteiras, foi praticada a corrupção de diversos empregados públicos do alto escalão da **PETROBRAS**, notadamente dos então Diretores de Abastecimento e de Serviços, **PAULO ROBERTO COSTA** e RENATO DUQUE, assim como foram recrutados, para a concretização dos ilícitos e lavagem dos ativos, ALBERTO YOUSSEF e outros grandes operadores e doleiros em atividade no mercado negro brasileiro e internacional.

Em seus interrogatórios judiciais, prestados na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000⁶, ALBERTO YOUSSEF e PAULO ROBERTO COSTA revelaram dados que apontam para a prática de corrupção em diversas diretorias da Petrobras, ou seja, outros núcleos de corrupção dentro da companhia, que também tinham o intuito de beneficiar o cartel de empreiteiras e desviar verbas públicas para si e para agentes públicos e partidos políticos.

No âmbito criminal, os réus foram denunciados⁷ pela prática dos delitos de organização criminosa (art. 1º, § 1º, da Lei 12.850/2013), corrupção ativa e passiva (arts. 333 e 317 do Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei 9.613/98) e crimes contra o sistema financeiro nacional (arts. 16, 21, parágrafo único, e 22, *caput* e parágrafo único, da Lei 7.492/1986). Tais condutas têm **inegáveis reflexos no âmbito cível, em especial no campo de aplicação das Leis 7.347/85, 8.429/92 e 12.846/13, entre outros diplomas legais**⁸.

6 **Doc 13.**

7 A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos nº 5083376-05.2014.404.7000/PR – **Doc 55.**

8 As provas obtidas nas investigações criminais realizadas na Operação Lava Jato foram compartilhadas para utilização em ações de improbidade administrativa pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, em decisão proferida nos autos nº 5073697-78.2014.404.7000/PR.

III – DA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS DE PROPINA NA PETROBRAS

III.1 – O esquema de pagamento de propina.

As investigações revelaram a prática nefasta de pagamentos de propina por empreiteiras nos contratos celebrados no âmbito da Petrobras, cuidadosamente orquestrada e em porcentagem que girava em torno de ao menos 3% do valor das contratações, valor que poderia ser bem maior no caso de aditivos.

Conforme descrito por **PAULO ROBERTO COSTA** e por ALBERTO YOUSSEF⁹ em seus interrogatórios na Ação Penal na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101), a partir do ano de 2005, em **todos** os contratos firmados pelas empresas cartelizadas com a **PETROBRAS** no interesse da Diretoria de Abastecimento, houve o pagamento de vantagens indevidas aos empregados corrompidos da Estatal e pessoas por eles indicadas no montante de ao menos **3%** do valor total dos contratos. O pagamento de propina também ocorria nas hipóteses de aditivos contratuais, ou seja, o percentual era calculado sobre o

9 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Interrogado: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

[...]"

No mesmo sentido, o interrogatório de **YOUSSEF**:

"[...]

Interrogado: -Sim senhor, Vossa Excelência. Mas toda empresa que... desse porte maior, ela já sabia que qualquer obra que ela fosse fazer, na área de Abastecimento da Petrobrás, ela tinha que pagar o pedágio de 1%.

[...]"

valor total dos contratos e aditivos celebrados por empreiteiras com a PETROBRAS.

Na divisão das vantagens indevidas, o valor da propina repassada a **PAULO ROBERTO COSTA** e às pessoas por ele indicadas, sobretudo operadores financeiros do mercado negro e integrantes do Partido Progressista (PP), era de ao menos 1% do valor total do contrato, no âmbito da Diretoria de Abastecimento. Por sua vez, o valor da propina repassada a empregados corrompidos da Diretoria de Serviços, em especial RENATO DUQUE, era de ao menos 2%, também do valor total do contrato, sendo que parte desses valores seria destinada a integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁰. Há, ainda, informações de que à Diretoria Internacional da PETROBRAS também era devida uma parcela de propina, para distribuição ao Diretor e ao partido político responsável por sua indicação para o cargo¹¹.

10 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

[...]

Juiz Federal: - Mas esses 3% então, em cima desse preço iam para distribuição para agentes públicos, é isso?

Interrogado: -Perfeito.

Interrogado: - [...]. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

[...]"

11 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

[...]

Juiz Federal: - E os diretores também da Petrobras também recebiam parcela desses valores?

Interrogado: -Olha, em relação à Diretoria de Serviços, era, todos, todos sabiam, que tinham um percentual desses contratos da área de Abastecimento, dos 3%, 2% eram para atender ao PT. Através da Diretoria de Serviços. Outras diretorias como gás e energia, e como exploração e produção, também eram PT, então você tinha PT na Diretoria de Exploração e Produção, PT na Diretoria de Gás e Energia e PT na área de serviço. Então, o comentário que pautava lá dentro da companhia é que, nesse caso, os 3% ficavam diretamente para, diretamente para o PT. Não era, não tinha participação do PP porque eram diretorias indicadas, tanto para execução do serviço, quanto para o negócio, PT com PT. Então, o que rezava dentro da companhia é que esse valor seria integral para o PT. A Diretoria Internacional, tinha indicação do PMDB. Então, tinha também recursos que eram repassados para o PMDB, na Diretoria Internacional.

[...]

Interrogado: [...] Dentro da Diretoria Internacional, era o Nestor Cerveró, que foi indicado por um político e tinha uma ligação muito forte com o PMDB.

A destinação de parcela relevante dos recursos recebidos sob o comando de **PAULO ROBERTO COSTA** a integrantes do Partido Progressista decorria do fato de ter sido este partido político o responsável pela indicação do réu para o cargo de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS.¹²

Assim, na **Diretoria de Abastecimento**, o réu PAULO ROBERTO COSTA tinha a gerência e o comando da destinação dos recursos, dividindo-os para si e para terceiros. Nessa Diretoria, o montante da propina, correspondente a 1% do valor dos contratos, era dividido, em média, da seguinte forma:

→ **60%** era destinado a um caixa geral operado por JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF até o ano de 2008, e somente por ALBERTO YOUSSEF a partir de então, para posterior repasse a agentes políticos, em sua grande maioria do Partido Progressista (PP)¹³;

[...]"

- 12 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]"

Juiz Federal: - Uma referência na acusação que o senhor teria assumido essa posição de Diretor de Abastecimento por conta de uma indicação política do ex-Deputado Federal José Janene. O que o senhor pode me dizer a esse respeito?

Interrogado: -Perfeito. É, foi, esta correta essa colocação, a Petrobras, **desde que eu me conheço como Petrobras, as diretorias da Petrobras, e a presidência da Petrobras foram sempre por indicação política.** Eu dava sempre o exemplo aí, nas discussões aí, como General, ninguém chega a General se não for indicado. Você, dentro de uma força, forças armadas, você para como Coronel e se reforma como Coronel. Então, as diretorias da Petrobras, quer seja no governo Sarney, quer seja no governo Collor, quer seja no governo Itamar Franco, quer seja no governo Fernando Henrique, quer seja nos governos do Presidente Lula, foram sempre por indicação política, e **eu fui indicado, realmente, pelo PP, para assumir essa Diretoria de Abastecimento.**

[...]"

Interrogado: - O Conselho de Administração da Petrobrás, ela examina sua competência técnica, e eu, nos 27 anos de companhia, antes de exercer a Diretoria de Abastecimento, todos os cargos que eu exerci dentro da companhia foi especificamente por competência 1 técnica. Então eu fui gerente da, principal gerente da maior unidade de produção da Bacia de Campos, de 1900 e..., do ano de 2000, não, desculpe de 1990 a 95, por exclusiva competência técnica. Como eu mencionei aqui, **para chegar à diretoria da Petrobras não basta competência técnica, se não tiver a indicação política, não chega.** Então, o objetivo sempre do conselho é olhar a capacidade técnica e a indicação política que dá suporte àquela indicação.

[...]"

- 13 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]"

Juiz Federal: - E como que esse dinheiro era distribuído? Como que se operacionalizava isso?

Interrogado: -Muito bem. **O que era para direcionamento do PP**, praticamente até 2008, início de 2008, quem conduzia isso, diretamente esse processo, era o deputado José Janene. Ele era o responsável por essa atividade. Em 2008 ele começou a ficar doente e tal e veio a falecer em 2010.

→ **20%** era reservado para despesas operacionais, tais como emissão de notas fiscais, despesas de envio etc;

→ **20%** eram divididos entre o próprio PAULO ROBERTO COSTA e os operadores do esquema, da seguinte forma:

→ **70%** eram apropriados por PAULO ROBERTO COSTA;

→ **30%** eram retidos pelo falecido Deputado JOSÉ JANENE e, posteriormente, por ALBERTO YOUSSEF.

Em suma, a par de o réu PAULO ROBERTO COSTA auferir para si apenas aproximadamente 14% do valor da propina, todo o montante de 1% do valor dos contratos

De 2008, a partir do momento que ele ficou, vamos dizer, com a saúde mais prejudicada, **esse trabalho passou a ser executado pelo Alberto Youssef**.

Juiz Federal: - E...

Interrogado: - Em relação, em relação ao PP.

Juiz Federal: - Certo. E o senhor tem conhecimento, vamos dizer, exat..., como funcionava, como esse dinheiro chegava ao senhor Alberto Youssef, os caminhos exat..., exatos que esse dinheiro tomava?

Interrogado: - O meu contato, Excelência, sempre foi a nível de Presidente e diretor das empresas, eu não tinha contato com pessoal, vamos dizer, de operação, de execução. Então, assinava o contrato, passava-se algum tempo, que, depois de assinado o contrato, a primeira medição que a Petrobras faz de serviço é trinta dias; executa o serviço, a Petrobras mede e paga trinta dias depois. Então, normalmente, entre o prazo de execução e o prazo final de pagamento, tem um gap aí de sessenta dias. Então, normalmente, após esse, esses sessenta dias, é que era possível então executar esses pagamentos. Então, o deputado José Janene, na época, ex-deputado porque em 2008 ele já não era mais deputado, ele mantinha o contato com essas empresas, não é? Com o pessoal também não só a nível de diretoria e presidência, mas também mais pessoal operacional, e **esses valores então eram repassados para ele, e depois, mais na frente, para o Alberto Youssef**. Agora, dentro das empresas tinha o pessoal que operacionalizava isso. Esse pessoal eu não tinha contato. Não fazia contato, não tinha conhecimento desse pessoal. Então o que é que acontecia? É, vamos dizer, **ou o Alberto ou o Janene faziam esse contato, e esse dinheiro então ia para essa distribuição política, através deles**, agora...

[...]

Juiz Federal: - Certo, mas a pergunta que eu fiz especificamente é se os diretores, por exemplo, o senhor recebia parte desses valores?

Interrogado: - Sim. Então o que, normalmente, em valores médios, acontecia? **Do 1%, que era para o PP, em média, obviamente que dependendo do contrato podia ser um pouco mais, um pouco menos, 60% ia para o partido... 20% era para despesas, às vezes nota fiscal, despesa para envio, etc, etc. São todos valores médios, pode ter alteração nesses valores. E 20% restante era repassado 70% pra mim e 30% para o Janene ou o Alberto Youssef**.

Juiz Federal: - E como é que o senhor recebia sua parcela?

Interrogado: - **Eu recebia em espécie, normalmente na minha casa ou num shopping ou no escritório, depois que eu abri a companhia minha lá de consultoria**.

Juiz Federal: - Como que o senhor, quem entregava esses valores para o senhor?

Interrogado: - **Normalmente o Alberto Youssef** ou o Janene.

[...]"

vinculados à Diretoria de Abastecimento era pago em razão do cargo de Diretor que ocupava, e era ele quem detinha, em conjunto com o Partido Progressista (PP), o comando sob o caixa geral operado por ALBERTO YOUSSEF.

Esse esquema criminoso de pagamento de propinas pode ser descrito como um processo de três etapas.

(1) Conforme já narrado acima, todas as empresas cartelizadas participantes do “CLUBE” mantinham com **PAULO ROBERTO COSTA**, e com outros funcionários da Estatal, como RENATO DUQUE, um compromisso previamente estabelecido, com promessas mútuas que foram reiteradas e confirmadas ao longo do tempo, de, respectivamente, oferecerem e aceitarem vantagens indevidas que variavam entre 1% e 3% do valor integral de todos os contratos por elas celebrados com a **PETROBRAS**, podendo inclusive ser superior a esse percentual em caso de aditivos contratuais. Operadores do esquema, dentre os quais ALBERTO YOUSSEF, tinham pleno conhecimento do ajuste e contribuíaam ativamente para que ele funcionasse.

Como contrapartida, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados da **PETROBRAS** envolvidos adredemente assumiam o compromisso de manterem-se coniventes quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel no seio e em desfavor da Estatal, omitindo-se nos deveres que decorriam de seus ofícios, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis nos seus âmbitos de atuação.

Paralelamente, também fazia parte do compromisso previamente estabelecido entre corruptores e corrompidos que, quando fosse necessário, **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE (este último não arrolado no polo passivo desta ação) e outros empregados corrompidos praticariam atos de ofício, regulares e irregulares, no interesse da otimização do funcionamento do Cartel.

(2) Em um segundo momento, após o efetivo início dos procedimentos licitatórios no âmbito da **PETROBRAS**, os compromissos previamente estabelecidos entre as empreiteiras cartelizadas e os empregados supramencionados vinham a ser confirmados entre os agentes envolvidos.

Segundo o *modus operandi* da organização criminosa, as empresas

integrantes do Cartel se reuniam e, de acordo com os seus exclusivos interesses, definiam qual(is) delas iria(m) vencer determinado certame para, em seguida, apresentar o nome da “escolhida” diretamente ou por intermédio de operadores como ALBERTO YOUSSEF¹⁴, aos empregados da **PETROBRAS**, entre eles **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros.

Assim, tão logo **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE ou outro empregado corrompido da **PETROBRAS**, ajustados entre si e com o cartel, recebiam o nome da empreiteira selecionada pelo Cartel para vencer determinada licitação, eles, consolidando no caso específico o acordo previamente estabelecido, omitiam-se em relação ao funcionamento do cartel e, quando necessário, passavam a tomar ou determinar as providências necessárias para que a escolha se concretizasse.

Tais ajustes e acertos entre as partes envolvidas, reconhecidos pelo próprio ALBERTO YOUSSEF na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (**Doc 13**), não só consumavam a promessa de vantagem por parte da empreiteira corruptora, como também a sua aceitação pelos empregados corrompidos.

(3) A terceira e última etapa no esquema de corrupção ora descrito se dava logo após o término do procedimento licitatório e confirmação da seleção da empreiteira cartelizada escolhida, mediante o efetivo início das obras e começo dos pagamentos pela **PETROBRAS**.

Nesse momento ALBERTO YOUSSEF, operador usado para o pagamento de propinas a **PAULO ROBERTO COSTA**, passava a entrar em contato com os representantes da

14 Em seu interrogatório judicial 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**, ALBERTO YOUSSEF respondeu que:

“[...]”

Ministério Público Federal: - O senhor pode afirmar então que elas se reuniam? Os executivos dessas empresas confidenciaram alguma vez pro senhor essas reuniões?

Interrogado: - Sim, com certeza.

Ministério Público Federal: - E, e como funcionava daí, depois que elas definissem a empresa que seria a vencedora pra um determinado certame, elas passavam esse nome pro senhor ou ao senhor Paulo Roberto Costa?

Interrogado: - Era entregue uma lista das empresas que ia participar do certame e nessa lista já era dito quem ia ser, quem ia ser a vencedora. Essa lista era repassada pro Paulo Roberto Costa.

Ministério Público Federal: - Em qual momento era repassada essa lista?

Interrogado: - Logo que, que ia se existir os convites.

Ministério Público Federal: - Abriu o certame, a lista já era passada?

Interrogado: - Sim.

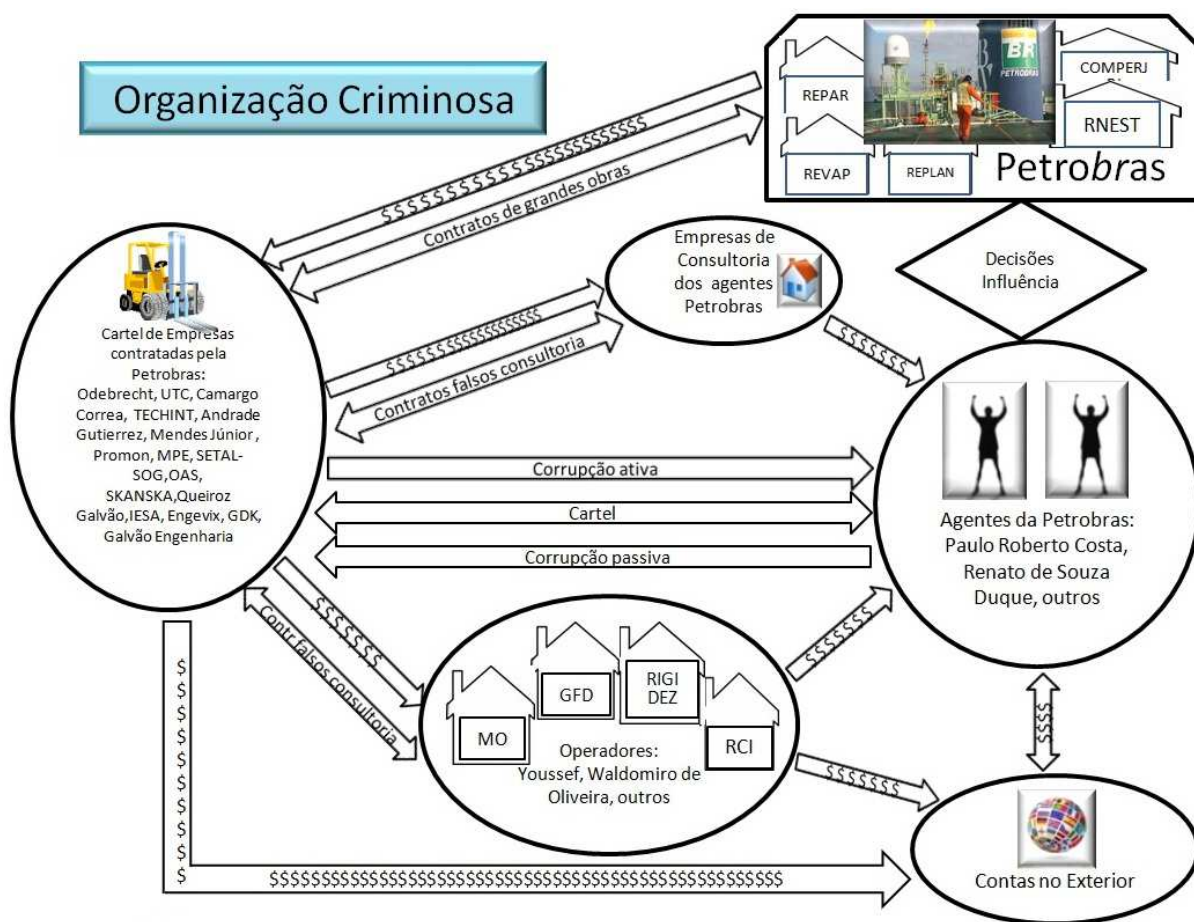
“[...]”

empreiteira selecionada para com eles iniciar as tratativas sobre aspectos específicos do repasse das vantagens indevidas aos empregados corrompidos e demais agentes por eles indicados, em decorrência da obra que seria executada.

Era nesse momento que os valores das propinas também começavam a ser destinados a **PAULO ROBERTO COSTA** e aos agentes corrompidos ou pessoas por eles indicadas.

O recebimento de tais valores se dava de diversas formas, destacando-se principalmente quatro modalidades: 1) celebração de contratos simulados, com a indicação de falsos objetos, com empresas de fachada, controladas por YOUSSEF; 2) celebração de contratos diretos com empresa de consultoria de **PAULO ROBERTO**, para o pagamento de "atrasados" após sua saída da empresa; 3) entrega de numerário em espécie no escritório de YOUSSEF ou em outro lugar combinado por ele ou **PAULO ROBERTO**; 4) depósito de valores em contas mantidas por ambos no exterior. A seguir, será detalhado o funcionamento das duas primeiras modalidades.

Para facilitar a compreensão, apresenta-se abaixo um fluxograma dos recursos que alimentaram o esquema criminoso:



III.2 – Pagamentos realizados por intermédio de empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF

Restou apurado que um dos principais métodos para a lavagem do produto dos crimes praticados pela organização criminosa em questão consistiu na celebração de contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos, especialmente de serviços de consultoria fictícios, e a emissão de notas fiscais "frias" por intermédio de empresas de fachada.

ALBERTO YOUSSEF, na condição de operador financeiro do esquema e do mercado negro, lançou mão de quatro empresas para tal finalidade: **MO Consultoria**, **Empreiteira Rigidez**, **RCI Software** e **GFD Investimentos**. Enquanto as três primeiras empresas, administradas e mantidas por WALDOMIRO DE OLIVEIRA e utilizadas sobretudo por ALBERTO YOUSSEF, na verdade não exerciam qualquer atividade empresarial, a empresa **GFD**, controlada diretamente por ALBERTO YOUSSEF, existia, mas jamais prestou serviços às

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

empreiteiras cartelizadas contratadas pela PETROBRAS, de modo que não há qualquer justificativa econômica lícita para os pagamentos que delas receberam.

A ausência de efetivo desenvolvimento das atividades pelas quais tais empresas foram contratadas, ou até mesmo de funcionamento de fato no caso das empresas **MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software**, pode ser inferida facilmente a partir dos quadros abaixo expostos, nos quais constam o quantitativo e a relação de empregados que com elas mantiveram vínculo trabalhista entre os anos de 2009 e 2014 (dados extraídos do Sistema CNIS – **Doc 27**):

Quadro de empregados registrados						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda	0	0	1*	0	0	0
Empreiteira Rigidez	0	0	0	0	0	0
RCI Software e Hardware Ltda	0	0	0	0	0	0
GFD Investimentos Ltda	0	6**	4**	4**	0	0

	Nome empregado	Início vínculo	Término vínculo
* MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda	Gabriela Finsterbush Neves	01/06/2011	24/01/2012
** GFD Investimentos Ltda	Carlos Alberto Pereira da Costa	01/06/2010	–
	Damaris Cristina Marcatto	04/12/2012	–
	Natalia Marcondes Lopes Patrnicola	05/07/2010	01/10/2012
	Rute Santos Gonzales	15/09/2010	–
	Jefferson Cesar de Oliveira	18/01/2011	04/07/2011
	Marcio Tadeu Silva Junior	04/10/01	01/01/2011
	Bianca Roli Tancredi	01/09/2010	29/11/2011
	Victoria Gimenez Santos Romano	01/10/2010	29/12/2010

O reconhecimento de tais pessoas jurídicas como empresas de "fachada"

utilizadas pelas empreiteiras contratadas pela PETROBRAS unicamente para a celebração de contratos fraudulentos, emissão de notas fiscais falsas, recebimento, ocultação e repasse de "propinas", foi realizado no curso das investigações por diversas testemunhas e também pelos próprios agentes responsáveis pelas prática dos delitos.

WALDOMIRO DE OLIVEIRA admitiu por ocasião de seu interrogatório na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (evento 1.167 – **Doc 28**) que foi responsável pela gestão das empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software, figurando formalmente no quadro societário da primeira e possuindo procuração com amplos poderes para gerir as duas últimas. Reconheceu, ainda, que cedeu tais empresas e suas respectivas contas bancárias para ALBERTO YOUSSEF, a fim de que ele as utilizasse para o recebimento e distribuição de vantagens indevidas. Além disso, **WALDOMIRO** reconheceu que, para ocultar e dissimular a natureza dos valores recebidos, foram elaborados entre os depositantes e as referidas empresas contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos, assim como emitidas notas fiscais "frias".

MEIRE BONFIM DA SILVA POZA, ouvida na condição de testemunha no curso da ação penal 5025699-17.2014.404.7000 (evento 454 – **Doc 29**), afirmou que prestou serviços de natureza contábil à organização criminosa chefiada por ALBERTO YOUSSEF por intermédio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil. Reconheceu, ainda, que ALBERTO YOUSSEF teria utilizado a empresa GFD Investimentos, por ele controlada, e as empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software, controladas por **WALDOMIRO**, para a emissão de notas fiscais falsas, especificando que nenhuma delas possuía estrutura física e de recursos humanos para a prestação de serviços que constavam nas notas por elas emitidas.

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, administrador formal da GFD Investimentos, também reconheceu em seu interrogatório (ação penal 5025699-17.2014.404.7000, evento 475 – **Doc 30**) que tal empresa era gerida de fato por ALBERTO YOUSSEF, que a utilizava para receber valores de empreiteiras por meio da celebração de contratos de prestação de serviços ideologicamente falsos.

O próprio ALBERTO YOUSSEF, ao ser interrogado na ação penal nº 5026212-82.2014.404.7000 (evento 1.101 – **Doc 13**) confessou que se utilizava das empresas **MO** Consultoria, Empreiteira **Rigidez** e **RCI** Software para operacionalizar o repasse de

propinas oriundas de empreiteiras contratadas pela PETROBRAS. De acordo com YOUSSEF, ele efetuava o pagamento de 14,5% do valor da transação para WALDOMIRO DE OLIVEIRA, responsável pelas empresas supramencionadas, a fim de que ele celebrasse contratos fraudulentos com as empreiteiras e lhe fornecesse, em decorrência deles, notas fiscais frias para justificar a transferência dos valores. Do mesmo modo, ALBERTO YOUSSEF também reconheceu que se utilizava da empresa GFD para celebrar contratos ideologicamente falsos para receber repasses de propinas e comissionamentos oriundos de empreiteiras.

Ademais, além de não possuir empregados para a prestação de serviços de consultoria, nunca se apresentou qualquer "produto" dos referidos contratos, até mesmo porque YOUSSEF e seus subordinados não possuíam expertise no ramo dos supostos contratos de consultoria.

Desta feita, ante o acima exposto é possível concluir que todos os contratos celebrados por empreiteiras contratadas pela **PETROBRAS** com as empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos são ideologicamente falsos, assim como todas as notas fiscais por elas emitidas com supedâneo em tais avenças.

Tal estratégia foi em verdade utilizado pelo operador ALBERTO YOUSSEF, única e exclusivamente para possibilitar, de forma oculta e simulada, o repasse das vantagens indevidas pelas empreiteiras para **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais destinatários por ele indicados, agentes públicos e privados.

Com efeito, uma vez depositadas pelas empreiteiras as vantagens indevidas (propinas) nas contas das empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos, WALDOMIRO DE OLIVEIRA e ALBERTO YOUSSEF operacionalizavam transações subsequentes para a obtenção de numerário em espécie a fim de que fossem entregues por ALBERTO YOUSSEF ou por seus emissários RAFAEL ANGULO, ADARICO NEGROMONTE e JAYME (o "CARECA") a **PAULO ROBERTO COSTA** e aos demais agentes por esse indicados. JAYME, o "CARECA", era contratado e pago para entrega de recursos por ser policial federal, o que conferia maior proteção e segurança para o transporte de altos valores em espécie, o que será objeto de ação específica.

A título ilustrativo, colaciona-se logo abaixo quadro consolidado¹⁵ que

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

indica o montante total dos valores – ilícitos, conforme mencionado acima – que transitaram pelas contas das empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software e GFD Investimentos, entre os anos de 2009 e 2013:

EMPRESA	ANO	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL	
EMPREITEIRA RIGIDEZ	CRÉDITOS	2.815.613,08		21.700.721,79		11.308.843,19		9.715.926,06		2.630.970,77		48.172.074,89	
	DÉBITOS	2.657.682,96		21.548.369,95		10.577.054,39		10.174.079,93		2.512.700,00		47.469.887,23	
	SAQUES	1.607.770,96	57,1%	5.320.238,00	24,5%	325.543,00	2,9%	1.698.620,86	17,5%	1.493.700,00	56,8%	10.445.872,82	21,7%
GFD INVESTIMENTOS	CRÉDITOS	1.216.010,37		16.755.459,38		20.008.845,08		14.072.070,86		6.475.046,53		58.527.432,22	
	DÉBITOS	1.180.288,00		12.940.369,99		10.398.011,34		26.907.363,57		6.760.622,16		58.186.655,06	
	SAQUES			946.945,37	5,7%	19.000,00	0,1%	670.000,00	4,8%			1.635.945,37	2,8%
M O CONSULTORIA	CRÉDITOS	9.015.100,23		20.830.230,20		36.277.172,46		8.187.914,26		1.754.363,78		76.064.780,93	
	DÉBITOS	8.760.637,55		19.971.045,45		35.739.750,08		7.967.398,69		2.202.246,25		74.641.078,02	
	SAQUES	5.164.583,66	57,3%	1.116.900,00	5,4%	375.273,00	1,0%	1.404.000,00	17,2%	1.030.460,00	58,7%	9.091.216,66	12,0%
RCI SOFTWARE	CRÉDITOS	3.564.357,31		8.667.290,91		4.466.921,28		136.152,54				16.834.722,04	
	DÉBITOS	3.820.402,50		11.108.276,30		4.002.357,14						18.931.035,94	
	SAQUES	2.371.130,24	66,5%	128.810,88	1,5%	42.425,00	1,0%					2.542.366,12	15,1%
TOTAL CRÉDITOS		16.611.080,99		67.953.702,28		72.061.782,01		32.112.063,72		10.860.381,08		199.599.010,08	
TOTAL DÉBITOS		16.419.011,01		65.568.061,69		60.717.172,95		45.048.842,19		11.475.568,41		199.228.656,25	
SAQUES e CHEQUES		9.143.484,86	55,0%	7.512.894,25	11,1%	762.241,00	1,06%	3.772.620,86	11,8%	2.524.160,00	23,2%	23.715.400,97	11,9%

O quadro acima não só indica o grande volume de valores movimentados pela organização criminosa, como também demonstra que no princípio, no ano de 2009, grande parte do dinheiro recebido mediante depósitos em conta pelas empresas **MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software**¹⁶, inclusive das empreiteiras cartelizadas, era simplesmente sacado em espécie ou obtido mediante a emissão de cheques para desconto sem identificação de conta creditada, ou seja, cheques sacados na *boca* do caixa. O uso de empresas de fachada para saque de valores em espécie é uma figura clássica de lavagem de ativos, quebrando o rastro do dinheiro ("paper trail").

Ressalta-se que YOUSSEF, além de operar em favor do esquema de PAULO ROBERTO, também exercia atividades paralelas de câmbio no mercado negro, atuando como verdadeira instituição financeira ilegal. Em razão disso, detinha imensa disponibilidade financeira, inclusive em espécie no Brasil e em instituições bancárias no exterior, de forma que poderia valer-se dessa disponibilidade para efetuar a divisão dos valores – nos

¹⁶ Especificamente em relação a GFD Investimentos, controlada diretamente por ALBERTO YOUSSEF, verifica-se no citado quadro que ele sempre teve a cautela de evitar saques em espécie ou depósitos a terceiros não identificados, transações estas que, segundo já sabia em decorrência de sua vasta experiência como doleiro, poderiam chamar a atenção das autoridades fiscalizadoras.

percentuais mencionados acima – e pagar, em espécie ou no exterior, aos destinatários.

De fato, nos anos subsequentes a operação de lavagem de dinheiro por intermédio das referidas empresas de fachada passou a se refinar, pois ALBERTO YOUSSEF determinou que WALDOMIRO DE OLIVEIRA repassasse os valores recebidos das empreiteiras para as contas de outras empresas por ele indicadas, dentre as quais as empresas de LEONARDO MEIRELLES¹⁷: LABOGEN QUÍMICA, INDÚSTRIA LABOGEN e PIROQUÍMICA, para que nessas fossem em parte remetidos ao exterior e em parte objeto de saques em moeda corrente e a entrega de valores a ALBERTO YOUSSEF.

A transferência de valores das contas de empresas controladas por ALBERTO YOUSSEF para contas do doleiro LEONARDO MEIRELLES tinha uma função muito importante dentro do banco clandestino montado por MEIRELLES. Após receber recursos ilícitos por intermédio de transferências bancárias efetuadas por empresas de fachada utilizadas por YOUSSEF, inclusive as de WALDOMIRO, MEIRELLES transferia tais numerários para o exterior com base em contratos de câmbio falsos e importações fraudulentas, disponibilizando-os a terceiros que se utilizavam de seus serviços em troca do fornecimento de valores em espécie no Brasil. Em contrapartida, uma parte de tais recursos recebidos em espécie era repassada a ALBERTO YOUSSEF, metodologia esta que tornava a operação de lavagem de ativos ainda mais rebuscada, dificultando o rastreamento do dinheiro.

Assim, os clientes de MEIRELLES que entregavam dinheiro em espécie para ele conseguiriam fazer pagamentos de seus fornecedores no exterior com dinheiro que proveio de empresas controladas por YOUSSEF, diretamente e por intermédio de WALDOMIRO DE OLIVEIRA, enquanto YOUSSEF recebia dinheiro em espécie de outros clientes de MEIRELLES em contraprestação das transferências bancárias que fazia para as empresas de MEIRELLES e seguiam para o exterior em benefício dos terceiros clientes.

Assim, os valores recebidos pelas empresas controladas por YOUSSEF eram diluídos em seu caixa e, a partir daí, eram realizados os pagamentos a PAULO ROBERTO e aos agentes políticos por ele indicados.

O recebimento das vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA**

¹⁷ Já denunciado na ação penal nº 5025699-17.2014.404.7000, em trâmite perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, pela prática de crimes contra o sistema financeiro nacional e de formação de organização criminosa.

comprova-se não só a partir de sua própria confissão em juízo, das declarações prestadas por ALBERTO YOUSSEF e das transferências bancárias e contratos fictícios celebrados com empresas de fachada, mas também do vultuoso patrimônio de **PAULO ROBERTO COSTA** verificado à época da deflagração da Operação Lava Jato.

Nesse sentido, no dia em que foi cumprido mandado de busca e apreensão em sua residência, **PAULO ROBERTO COSTA** possuía guardados R\$ 762.250,00 (setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), US\$ 181.495,00 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco mil dólares) e EUR 10.850 (dez mil e oitocentos e cinquenta euros) em espécie, o que, tendo em vista a incompatibilidade manifesta com a sua renda declarada à época, comprova o fato de que efetivamente recebia sua parte da “propina” em dinheiro vivo¹⁸. A esses montantes, somam-se USD 26 milhões (vinte e seis milhões de dólares norte-americanos), escondidos em bancos suíços em nome de **PAULO ROBERTO COSTA** e seus familiares, os quais estão sendo objeto de repatriação para o Brasil.

III.3 – Pagamentos realizados por intermédio de contratos fictícios celebrados com a empresa COSTA GLOBAL

Mesmo depois de **PAULO ROBERTO COSTA** deixar a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, continuou recebendo propinas em decorrência de contratos firmados à época em que foi Diretor da estatal, em especial nos casos em que a execução dos contratos se estendeu no tempo após a sua saída. As tratativas para o recebimento de tais vantagens indevidas pendentes foram efetuadas diretamente entre **PAULO ROBERTO COSTA** e os executivos das empreiteiras corruptoras, sendo que para operacionalizar tais recebimentos o referido réu se serviu da celebração de contratos fraudulentos de consultoria entre a sua empresa **COSTA GLOBAL** e as empreiteiras.

Nesse sentido, destaca-se que, no Curso da operação Lava Jato, foi apreendida uma planilha na residência de **PAULO ROBERTO COSTA**, apontando contratos assinados e “em andamento” com a COSTA GLOBAL¹⁹, empresa do réu²⁰. Nestas planilhas estão re-

18 **Doc 19:** Autos nº 5014901-94.2014.404.7000, evento 42, ANEXO 1.

19 Ação penal 5026212-82.2014.404.7000, Evento 1000, anexos 7 a 10 – **Doc 20**.

20 Nesse sentido, a informação de pesquisa e investigação da Receita Federal do Brasil, informando que a COSTA GLOBAL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - ME pertence a PAULO ROBERTO COSTA, com 60% do capital social, e ARIANNA AZEVEDO COSTA BACHMANN, sua filha, com 40%

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

lacionadas, outrossim, construtoras que aparecem nas planilhas antes indicadas, com seus contatos, constando, ainda, o valor dos pagamentos.

Com efeito, constaram nessa planilha a menção a contratos com as empreiteiras: **i)** CAMARGO CORRÊA, empresa líder do Consórcio CNCC (que pagou propinas a **PAULO ROBERTO COSTA** conforme acusação feita na ação penal 5026212-82.2014.404.7000, em trâmite na 13ª Vara Federal de Curitiba), no valor de R\$ 3.000.000,00; **ii)** QUEIROZ GALVÃO, no valor de R\$ 600.000,00; **iii)** IESA OLEO & GÁS, no valor de R\$ 1.200.000,00; e **iv)** ENGEVIX, no valor de R\$ 665.000,00, todas integrantes do Cartel.

Tais contratos não foram somente firmados entre **PAULO ROBERTO COSTA**, por intermédio da empresa COSTA GLOBAL, e as mencionadas empreiteiras corruptoras, mas efetivamente pagos por estas, conforme ilustra a tabela anexa com o montante consolidado de pagamentos efetuados pelas referidas empresas²¹:

MES/ANO	CAMARGO CORREA	ENGEVIX	IESA	QUEIROZ GALVÃO	TOTAL
10/2012	5.331,00				5.331,00
11/2012	5.331,00				5.331,00
12/2012	5.331,00				5.331,00
1/2013	5.331,00				5.331,00
3/2013	10.662,00				10.662,00
4/2013	98.831,00			93.850,00	192.681,00
5/2013	94.181,00			93.850,00	188.031,00
6/2013	5.631,00		93.850,00	93.850,00	193.331,00
7/2013	193.031,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	446.426,00
8/2013	99.481,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	352.876,00
9/2013	93.850,00	32.847,50		93.850,00	220.547,50
10/2013	99.481,00	32.847,50			132.328,50
11/2013		32.847,50			32.847,50
12/2013	2.158.550,00	65.695,00			2.224.245,00
TOTAL	2.875.022,00	295.627,50	281.550,00	563.100,00	4.015.299,50

do capital social (ação penal 5026212-82.2014.404.7000 1000 – ANEXO6, p. 5 – **Doc 21**).

21 **Doc 22**: Informação n 123/2014 da Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República – SPEA/PGR.

IV – DOS INTERESSES DAS EMPREITEIRAS NA PETROBRAS.

IV.1 – O cartel de empreiteiras.

As apurações comprovaram que 16 grandes empreiteiras com atuação no setor de infraestrutura associaram-se para, com abuso do poder econômico, dominar o mercado de grandes obras de engenharia civil demandadas pela PETROBRAS e eliminar a concorrência. Com isso, lograram frustrar o caráter competitivo de licitações de grandes obras realizadas pela PETROBRAS, obtendo vantagens consistentes em impor preços maiores aos que seriam obtidos em um ambiente de livre concorrência, tornar certa a contratação em um volume determinado de obras e escolher as obras que lhes eram mais adequadas conforme a região ou por conhecimento técnico, dentre outras vantagens.

O cartel atuante no mercado de obras da PETROBRAS teve composição variável através do tempo. Assim, em uma primeira fase, que perdurou até meados da década de 2000, o cartel das empreiteiras, batizado de “CLUBE”, era formado pelos seguintes grupos empresariais: 1) **ODEBRECHT**, 2) **UTC**, 3) **CAMARGO CORREA**, 4) **TECHINT**, 5) **ANDRADE GUTIERREZ**, 6) **MENDES JÚNIOR**, 7) **PROMON**, 8) **MPE**, 9) **SETAL – SOG**.

Contudo, após certo período de funcionamento, o “CLUBE” de grandes empreiteiras verificou a necessidade de contornar alguns empecilhos para que o Cartel pudesse funcionar de forma ainda mais eficiente. O primeiro obstáculo a ser superado referia-se ao fato de que o CLUBE não estava contemplando algumas das grandes empreiteiras brasileiras, de sorte que persistia certa concorrência – mesmo que de forma mitigada – em alguns certames para grandes obras da PETROBRAS. Além disso, houve grande incremento na demanda de grandes obras da petrolífera.

Assim, a partir do ano de 2006, admitiu-se o ingresso de outras companhias no denominado CLUBE, o qual passou a ser composto por 16 (dezesesseis) empresas. Diante disso, mais sete grupos empresariais passaram a integrar o CLUBE: 10) **OAS**; 11) **SKANSKA**, 12) **QUEIROZ GALVÃO**, 13) **IESA**, 14) **ENGEVIX**, 15) **GDK**, 16) **GALVÃO ENGENHARIA**.

Algumas outras empresas de fora do “CLUBE” ainda participaram e venceram de forma esporádica determinadas licitações na PETROBRAS, mediante negociação

com o “CLUBE”. Essas empresas foram a ALUSA, FIDENS, JARAGUA EQUIPAMENTOS, TOMÉ ENGENHARIA, CONSTRUCAP e CARIOCA ENGENHARIA.

Assim, a partir de 2006, com a sofisticação da empreitada criminosa, o cartel formado pelas empresas do “CLUBE” passou a vencer e adjudicar todas as licitações para grandes obras na PETROBRAS. Para isso, o “CLUBE” contava com a participação em conluio das empresas que controlavam o mercado relevante de engenharia e serviços na referida Estatal, bem como com o auxílio dos diretores da PETROBRAS e funcionários públicos por equiparação, RENATO DUQUE e **PAULO ROBERTO COSTA**, que garantiam que os intentos do grupo criminoso fosse atingido – conforme se verá nos itens adiante.

A formação do cartel permitia, assim, que fosse fraudado o caráter competitivo das licitações da PETROBRAS, com a obtenção de benefícios econômicos indevidos pelas empresas cartelizadas. O crime em questão conferia às empresas participantes do “CLUBE” ao menos as seguintes vantagens – ressaltando-se que os atos concretos de fraude às licitações e sobrepreço decorrentes do funcionamento do cartel, com o beneplácito de **PAULO ROBERTO COSTA**, serão objeto de ações autônomas:

- a) os contratos eram firmados por valores superiores aos que seriam obtidos em ambiente de efetiva concorrência, ou seja, permitia-se a ocorrência de sobrepreço no custo das obras;
- b) as empresas integrantes do “CLUBE” podiam escolher as obras que fossem de sua conveniência realizar, conforme a região ou aptidão técnica, afastando-se a competitividade nas licitações dessas obras;
- c) as empresas ficavam desoneradas total ou parcialmente das despesas inerentes à confecção de propostas comerciais efetivas nas licitações que de antemão já sabiam que não iriam vencer²²;

22 Destaca-se que as empresas também lucravam com o funcionamento do cartel porque poderiam ter custos menores de elaboração de proposta, nos certames em que sabiam que não saíam vencedoras. Com efeito, para vencer uma licitação, a empresa necessitava investir na formulação de uma proposta “séria”, a qual chegava a custar de R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões, conforme a complexidade da obra. Já as concorrentes que entravam na licitação apenas para dar uma aparência de falsa competição não investiam nas propostas e, propositadamente, elevavam os custos de seu orçamento para ser derrotada no simulacro de licitação. Com isso, dispendiam valor substancialmente menor por certame disputado. Bem na verdade, as empresas perdedoras tomavam conhecimento do valor a ser praticado pela vencedora e apresentavam sempre um preço superior aquele.

d) eliminava-se a concorrência por meio de restrições e obstáculos à participação de empresas alheias ao “CLUBE”.

Com efeito, com a finalidade de balizar a condução de seus processos licitatórios, a PETROBRAS estima internamente o valor total da obra, mantendo em segredo tal montante dos interessados. Além disso, ela estabelece, para fins de aceitabilidade das propostas dos licitantes interessados, uma faixa de valores que varia entre **-15% (“mínimo”)** até **+20% (“máximo”)** em relação a tal estimativa.

Contudo, conforme já apurado pelo **TCU**²³ e também recentemente pela PETROBRAS, a partir de Comissões Internas de Apuração constituídas para analisar os procedimentos de contratação adotados na implantação da Refinaria Abreu e Lima – **RNEST**²⁴, em Ipojuca/PE, e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (**COMPERJ**)²⁵, em Itaboraí/RJ, é possível vislumbrar que o valor das propostas das empresas vencedoras do certame – participantes do Cartel - via de regra aproximava-se do valor máximo (“teto”) das estimativas elaboradas pela Estatal, em alguns casos até mesmo o superando.

Nesse sentido, a partir do referido material fornecido pelo TCU, consolidou-se a seguinte tabela, com informações de alguns certames/contratos da **PETROBRAS** no âmbito das Refinarias **REPAR** e **RNEST**:

23 **Docs 3 e 4:** Planilha do TCU com dados de contratos objeto de fiscalização e ofício 0475/2014-TCU/SecobEnerg, que a encaminhou, bem como mídia com cópia de peças de processos do TCU mencionados na planilha.

24 **Doc 5:** Relatório Final da Comissão Interna de Apuração instituída pelo DIP DABAST 71/2014, constituída especificamente para analisar procedimentos de contratação adotados na implantação da Refinaria Abreu e Lima – RNEST, em Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Quanto aos anexos, com a finalidade de não tumultuar a instrução da peça inicial, juntam-se no atual momento somente aqueles que foram considerados imprescindíveis à denúncia, sendo que os demais serão juntados em evento autônomo.

25 **Doc 6:** Relatório Final da Comissão Interna de Apuração instituída pelo DIP DABAST 70/2014, constituída especificamente para analisar procedimentos de contratação adotados na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ. Quanto aos anexos, com a finalidade de não tumultuar a instrução da peça inicial, juntam-se no atual momento somente aqueles que foram considerados imprescindíveis à denúncia, sendo que os demais serão juntados em evento autônomo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CONTRATO	BID	EMPRESAS CONVIDADAS	EMPRESAS PROPONENTES E PROPOSTAS APRESENTADAS	A PROPOSTA MENOR É X% DA PROPOSTA MAIOR	VALOR DE ESTIMATIVA	LIMITE MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO (VALOR DE ESTIMATIVA + 20%)	VALOR DO CONTRATO / VALOR CONTRATO É X% ACIMA DO VALOR DE ESTIMATIVA	PERCENTAGEM DA PROPOSTA VENCEDORA EM RELAÇÃO AO LIMITE MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO
REPAR – IERP 111 (contrato 0800.0043363.08.2)	1º BID	Carioca, Contreras, Camargo Correa, Andrade, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, GDK, IESA, Mendes Junior, MPE, Promon, Schahin, Setal, Skanska, Techint e UTC (18 empresas)	1. Consórcio INTERPAR (MENDES/MPE/SETAL): R\$ 2.253.710.536,05	1 e 3 87,31%	R\$ 2.076.398.713,04	R\$ 2.491.678.455,65	R\$ 2.252.710.536,05	90, 44%
			2. Consórcio ODEBRECHT/ OAS/ UTC: R\$ 2.472.953.014,05	1 e 2 91,13%			8,49%	
			3. Consórcio QUEIROZ/IESA: R\$ 2.581.233.420,41	2 e 3 95,80%				
REPAR – IERP 112 (contrato 0800.0043403.08-02)	1º BID	Alusa, Carioca, Construcap, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Contreras, Enesa, Engevix, GDK, IESA, Mendes Junior, Montcalm, MPE, Promon, Samsung, Schahin, Skanska e Techint (20 empresas convidadas)	1. Consórcio CCPR – REPAR : R\$ 2.489.772.835,01	1 e 3 91,89%	R\$ 2.093.988.284,45	R\$ 2.512.785.941,34	R\$ 2.488.315.505,20	99,08%
			2. Consórcio IESA e QUEIROZ GALVÃO: R\$ 2.681.312.844,30	1 e 2 92,85%			18,83%	
			3. Consórcio ANDRADE e TECHINT: R\$ 2.709.341.946,33	2 e 3 98, 96%				
RNEST - UHDT/UGH edital 0634316.09-8	1ª BID	Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, IESA, Mendes Junior, MPE, Setal, Skanska, Techint, UTC, GDK e Promon (15 convidadas)	1. Consórcio CONEST-UHT-ODEBRECHT e OAS: R\$ 4.226.197.431,48.	1 e 4 88,70%	R\$ 2.621.843.534,67	R\$ 3.146.212.241,60	Prej.	Prej.
			2. CAMARGO CORRÊA: R\$ 4.451.388.145,30.	1 e 2 94, 94%				
			3. MENDES JUNIOR: R\$ 4.583.856.912,18	2 e 3 97, 11%				
			4. Consórcio TECHINT-TECHINT e ANDRADE GUTIERREZ: R\$ 4.764.094.707,65	3 e 4 96, 21%				
	2ª REBID	Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, IESA, Mendes Junior, MPE, Setal, Skanska, Techint, UTC, GDK e Promon (15 convidadas)	1. Consórcio CONEST-UHT-ODEBRECHT e OAS: 1ª RODADA R\$ 3.260.394.026,95. 2ª RODADA R\$ 3.209.798.726,57 – Após negociação findou no valor da coluna “valor contrato”	1 e 4 1ª RODADA 81,14% 1 e 3 2ª RODADA 84,89%	R\$ 2.892.667.038,77	R\$ 3.216.200.446,52	R\$ 3.190.646.503,15	99,80%

A sistemática de decisões e atuação do grupo criminoso, para a conformação da aliança e dos ajustes entre si, contava com um *modus operandi* bem definido.

Inicialmente, RICARDO PESSOA, diretor da UTC ENGENHARIA, realizava e coordenava as reuniões do CLUBE, as quais ocorriam na sede da ABEMI – Associação Brasileira das Empresas de Engenharia Industrial, ou nas sedes das próprias empreiteiras, sobretudo da UTC ENGENHARIA no município do Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A convocação dos membros para as reuniões do CLUBE era usualmente realizada por RICARDO PESSOA e se dava por variadas formas. Eram feitas convocações mediante o envio de SMS, por meio de um “emissário” ou, ainda, pessoalmente.

De cada encontro não era lavrada uma ata formal, mas por vezes eram lançadas pelos próprios participantes anotações manuscritas sobre as decisões tomadas na reunião. Para comprovar a existência desses encontros, vejam-se as anotações manuscritas de reunião realizada no dia 29/08/2008²⁶, feitas pelo representante da empresa SOG OLEO E GÁS, MARCOS BERTI, entregue espontaneamente pelo investigado colaborador AUGUSTO RIBEIRO MENDONÇA NETO. Neste documento foram anotadas reclamações, pretensões e ajustes de várias das empresas cartelizadas com relação a grandes obras da PETROBRAS. Deste documento também se depreende a informação de que ele fora confeccionado na reunião realizada no dia 29/08 e que o próximo encontro ocorreria no dia 25/09, o que denota a periodicidade de tais reuniões. No mesmo sentido as anotações constantes do **Doc 10**.

O desenvolvimento das atividades do cartel alcançou em 2011 tamanho grau de sofisticação que seus integrantes estabeleceram entre si um verdadeiro “roteiro” ou “regulamento” para o seu funcionamento, intitulado dissimuladamente de “**Campeonato Esportivo**”. Esse documento, ora anexado (**Doc 8**), foi entregue pelo colaborador AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO, representante de uma das empresas cartelizadas, a SETAL (SOG OLEO E GÁS), e prevê, de forma analógica a uma competição esportiva, as “regras do jogo”, estabelecendo o modo pelo qual selecionariam entre si a empresa, ou as empresas em caso de Consórcio, que venceria(m) os certames da PETROBRAS no período.

Vários documentos, apreendidos na sede da empresa ENGEVIX, confirmam essa organização e dissimulação no cartel. Em papel intitulado “reunião de bingo”, por exemplo, são indicadas as empresas que deveriam participar de licitações dos diferentes contratos do COMPERJ, enquanto no papel intitulado “proposta de fechamento do bingo fluminense”, são listados os “prêmios” (diferentes contratos do COMPERJ) e os “jogadores” (diferentes empreiteiras). Em outro documento, uma “lista de novos negócios (mapão) – 28.09.2007 (...)”, são indicadas obras das diferentes refinarias, em uma tabela, e uma proposta de quem seriam as construtoras do cartel responsáveis, as quais são indicadas por siglas em

26 **Doc 7**: Item nº 01 do Auto de Apreensão formalizado.

vários casos dissimuladas. Há diversas outras tabelas representativas da divisão de mercado, como aquela chamada “avaliação da lista de compromissos” – todas no **Doc 9**²⁷.

Tabelas de teor semelhante, que denotam o rateio de obras da PETROBRAS entre as empreiteiras integrantes do cartel, também foram apresentadas pelo investigado colaborador AUGUSTO RIBEIRO MENDONÇA NETO.²⁸

O cartel se caracterizava pela organização e coesão de seus membros, que realmente logravam, com isso, evitar integralmente a competição entre as empresas, de forma que todas pudessem ser beneficiadas pelo acordo – em detrimento da contratante, que no caso era a PETROBRAS.

De forma a tornar o cartel ainda mais eficiente, as empreiteiras cartelizadas corromperam Diretores e empregados do alto escalão da PETROBRAS, oferecendo-lhes vantagens indevidas para que estes não só se omitissem na adoção de providências contra o funcionamento do “CLUBE”, como também para que estivessem à disposição sempre que fosse necessário para garantir que o interesse das cartelizadas fosse atingido.

O cartel funcionou de forma plena e consistente, ao menos entre os anos de 2004 e 2014, interferindo nos processos licitatórios de grandes obras da PETROBRAS a exemplo da **REPAR** (localizada em Araucária, no Paraná), **RNEST**, **COMPERJ**, **REVAP** e **REPLAN**, de responsabilidade das Diretorias de Abastecimento e Serviços, ocupadas em grande parte deste período pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA** e RENATO DUQUE, respectivamente.

IV.2 – Do interesse das empreiteiras em atos comissivos e omissivos de PAULO ROBERTO COSTA

As empreiteiras participantes do Cartel, e notadamente a **CONSTRUTORA OAS**, tinham interesse na omissão de **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros empregados da PETROBRAS, que deveriam manter-se coniventes quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel no seio e em desfavor da Estatal, omitindo-se nos deveres que decorriam de seus ofícios, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis nos seus âmbitos de atuação.

27 Autos nº 5053845-68.2014.404.7000, evento 38, APREENSAO9, fls. 04/30.

28 **Doc 7**: Itens nº 02 a 09 do Auto de Apreensão.

Paralelamente, quando fosse necessário, era do interesse das empresas cartelizadas que **PAULO ROBERTO COSTA**, RENATO DUQUE e outros empregados corrompidos praticassem atos de ofício, regulares e irregulares, no interesse da otimização do funcionamento do Cartel.

A título de exemplificação é possível apontar que **PAULO ROBERTO COSTA** e RENATO DUQUE tomavam as providências necessárias, por si próprios ou influenciando os seus subordinados, para promover: **i)** a aceleração dos procedimentos licitatórios e de contratação de grandes obras, sobretudo refinarias, dispensando etapas necessárias à correta avaliação da obra, inclusive o projeto básico; **ii)** a aprovação de comissões de licitações com funcionários inexperientes; **iii)** o compartilhamento de informações sigilosas ou restritas com as empresas integrantes do Cartel; **iv)** a inclusão ou exclusão de empresas cartelizadas dos certames, direcionando-os em favor da(s) empreiteira(s) ou consórcio de empreiteiras selecionado pelo "CLUBE"; **v)** a inobservância de normas internas de controle e avaliação das obras executadas pelas empreiteiras cartelizadas; **vi)** a sonegação de determinados assuntos da avaliação que deveria ser feita por parte do Departamento Jurídico ou Conselho Executivo; **vii)** contratações diretas de forma injustificada; **viii)** a facilitação da aprovação de aditivos em favor das empresas, muitas vezes desnecessariamente ou mediante preços excessivos.

Destaque-se, todavia, que, muito embora em todos os contratos firmados pelas empresas cartelizadas com a PETROBRAS, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados corrompidos tenham se comprometido e efetivamente se abstido de praticar os atos de ofício a que estavam obrigados, revelando a existência do Cartel e tomando as providências necessárias para fazer cessar suas atividades, a prática de atos de ofício em favor das empresas cartelizadas, conforme exemplificado acima, somente ocorreu em alguns casos específicos, quando se fazia necessário.

De qualquer sorte, consoante já esclarecido acima, os atos concretos que causaram prejuízo ao erário em cada licitação e nos respectivos contratos celebrados pelas empreiteiras cartelizadas não são objeto desta ação e serão tratados em ações específicas, a serem ajuizadas após a conclusão das investigações.

V – DO PAGAMENTO DE PROPINA PELA CONSTRUTORA OAS.

V.1 – Os contratos da CONSTRUTORA OAS em que houve pagamento de propina²⁹.

Como resultado do funcionamento do cartel e da corrupção de empregados da **PETROBRAS** anteriormente descrita, a **CONSTRUTORA OAS**, por intermédio de consórcios³⁰, obteve sucesso na formalização de contratos com essa estatal em procedimentos relacionados à Diretoria de Abastecimento, comandada, à época, por **PAULO ROBERTO COSTA**³¹.

Consoante o esquema de corrupção descrito no item anterior, havia um acordo previamente ajustado entre os gestores das empresas integrantes do cartel e o então diretor **PAULO ROBERTO COSTA** de, respectivamente, oferecerem e aceitarem vantagens indevidas que variavam entre 1% e 3% do valor total dos contratos celebrados por elas com a referida Estatal.

Em contrapartida, **PAULO ROBERTO COSTA** e os demais empregados corrompidos da **PETROBRAS** assumiam o compromisso de se omitirem no cumprimento dos deveres inerentes aos seus cargos, notadamente a comunicação de irregularidades em virtude do funcionamento do “CLUBE”, bem como, quando necessário, praticar atos comissivos no interesse de funcionamento do cartel.

Tanto **PAULO ROBERTO COSTA** quanto ALBERTO YOUSSEF admitiram que o pagamento de tais valores indevidos ocorria em **todos** os contratos e aditivos celebrados pelas empresas integrantes do Cartel com a **PETROBRAS** sob o comando da Diretoria de Abastecimento³².

29 Considerando-se que os arquivos digitais contendo os instrumentos contratuais jurídicos e respectivos anexos mencionados neste tópico são muito numerosos, os mesmos serão juntados em evento autônomo, por meio do depósito de DVD em cartório.

30 (Lei 8.666/93) “Art. 33 Quando permitida na licitação a **participação de empresas em consórcio**, observar-se-ão as seguintes normas:

[...]

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.”

31 Paulo Roberto Costa foi Diretor de Abastecimento da Petrobras no período entre 14/05/04 a 29/04/12.

32 Nesse sentido, veja-se as linhas 03/14 das fls. 05 e linhas 03/20 das fls. 14 do termo de interrogatório de PAULO ROBERTO COSTA juntado ao evento 1.101 dos autos 5026212-82.2014.404.7000, bem como linhas 19 a 21 a fls. 34 do mesmo evento em relação a ALBERTO

Assim, em decorrência dos contratos abaixo descritos, todos celebrados no período em que **PAULO ROBERTO COSTA** ocupou a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, houve a promessa e o pagamento de vantagens indevidas correspondentes a, ao menos, 1% do valor do contrato original e respectivos aditivos.

Do montante referente à aludida vantagem indevida, coube a **JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOÃO ALBERTO LAZZARI, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA e JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI**, na condição de administradores e agentes da **CONSTRUTORA OAS**, efetuar a promessa e determinar e operacionalizar o pagamento de vantagens indevidas correspondentes a 1% do valor do contrato.

ALBERTO YOUSSEF, na condição de operador da organização criminosa, teve papel fundamental nessa corrupção, pois viabilizou a interlocução entre as partes, assim como participava das tratativas acerca das propinas envolvidas. Com efeito, YOUSSEF expressamente menciona que tratava com **AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS** sobre o pagamento de propina.³³

Diante de tal quadro, pode-se afirmar que, em todos os contratos abaixo descritos, a **CONSTRUTORA OAS**, por seus administradores e agentes **JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOÃO ALBERTO LAZZARI, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA e JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI**, após reunirem-se com os representantes das demais empreiteiras cartelizadas e definirem o vencedor do certame, comunicaram a **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF tal circunstância, prometendo àquele, ou a pessoas por ele indicadas, vantagens indevidas que adviriam imediatamente após a celebração do contrato ou aditivos³⁴.

Aceita tal promessa de vantagem por parte de **PAULO ROBERTO COSTA**, este, no período entre a abertura das licitações e as assinaturas dos contratos, manteve-se

YOUSSEF – **Doc 13**.

33 Autos 5026212.82.2014.404.7000, evento 1101, p. 32 – **Doc 13**.

34 Consoante depoimento de YOUSSEF, autos 5026212.82.2014.404.7000, evento 1101, p. 32 – **Doc 13**.

conivente quanto à existência e efetivo funcionamento do Cartel em desfavor da **PETROBRAS**, omitindo-se nos deveres que decorriam de seu ofício para assim permitir que a escolha interna do Cartel para a execução das obras se concretizasse, adotando, ainda, no âmbito de sua Diretoria, as medidas que fossem necessárias para tanto.

Assim, uma vez confirmado que, por intermédio de consórcios, a empresa **CONSTRUTORA OAS** venceu os certames abaixo identificados, ALBERTO YOUSSEF efetuou tratativas com os Diretores da empresa para ajustar a forma de pagamento das vantagens indevidas prometidas a, e aceitas por, **PAULO ROBERTO COSTA**, correspondentes a 1% do valor de cada contrato original e aditivos.

Concretizadas, em relação a cada contrato e aditivos, promessas de vantagem indevida por parte dos Diretores da **CONSTRUTORA OAS**, e a aceitação de tais promessas por parte do então Diretor de Abastecimento **PAULO ROBERTO COSTA**, diretamente e por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, seguiram-se, nos moldes já expostos nesta peça, os respectivos pagamentos.

Assim, a partir de tal *modus operandi*, e tendo em vista que o pagamento de vantagens indevidas ocorreu em todos os contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS firmados com a **CONSTRUTORA OAS**, pode-se afirmar com convicção que houve o pagamento de propina em relação a todos os contratos, e respectivos aditivos, a seguir descritos.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1º CONTRATO	
Celebrado com CONSÓRCIO integrado pela OAS	
1.1 - Instrumento Contratual Jurídico (ICJ)	0800.0035013.07.2
1.2 - Objeto do contrato	Construção e montagem da ISBL da Carteira de Gasolina e UGHE HDT de instáveis da Carteira de Coque" da Refinaria Getúlio Vargas – REPAR71, localizada na cidade de Araucária/PR
1.3 - Valor final estimado da obra (calculado em sigilo pela PETROBRAS)	R\$ 1.475.523.356,00
1.4 - Diretoria da PETROBRAS interessada Diretor	Diretoria de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA
1.5 - Empresas convidadas para a licitação e respectivas propostas	
1) OAS <i>R\$ 2.079.593.082,66</i> 2) ODEBRECHT <i>Consórcio c/ OAS</i> 3) UTC <i>Consórcio c/ OAS</i> 4) CAMARGO CORREA <i>R\$ 2.273.217.113,27</i> 5) PROMON <i>Consórcio c/ CAMARGO CORREA</i> 6) ANDRADE GUTIERREZ 7) ENGEVIX 8) GDK 9) IESA 10) MENDES JUNIOR 11) MPE 12) QUEIROZ GALVÃO 13) SKANSKA 14) TECHINT 15) ALUSA 16) CARIOCA 17) CONSTRUCAP 18) BECHTEL 19) CONSTRAN 20) CONTRERAS 21) SAMSUNG 22) SCHAHIN 1) INTEGRANTE DO CARTEL 2) INTEGRANTE DO CARTEL 3) INTEGRANTE DO CARTEL 4) INTEGRANTE DO CARTEL 5) INTEGRANTE DO CARTEL 6) INTEGRANTE DO CARTEL 7) INTEGRANTE DO CARTEL 8) INTEGRANTE DO CARTEL 9) INTEGRANTE DO CARTEL 10) INTEGRANTE DO CARTEL 11) INTEGRANTE DO CARTEL 12) INTEGRANTE DO CARTEL 13) INTEGRANTE DO CARTEL 14) INTEGRANTE DO CARTEL 15) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL 16) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL 17) ACEITA NEGOCIAR COM O CARTEL	
1.6 - Processo licitatório	
Início	10/05/2007
Resultado	Licitação cancelada em razão do valor excessivo das propostas, sendo autorizada a contratação direta do Consórcio CONPAR, composto por ODEBRECHT, UTC e OAS
Signatário do contrato pela OAS	AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS
1.7 - Consórcio contratado	CONSÓRCIO CONPAR
Composição do consórcio	51% ODEBRECHT 25% UTC 24% OAS
Data de assinatura do contrato	13/08/2007
1.8 - Execução do ICJ nº 0800.0035013.07.2	
Início	10/09/2007
Término com aditivos	24/05/2013
1.9 - Valor do ICJ nº 0800.0035013.07.2 a ser considerado para fins de cálculo da vantagem indevidamente recebida*	
*Valor inicial + Aditivos majoradores firmados durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA (14/05/2004 - 29/04/2012)	
Valor inicial	R\$ 1.821.012.130,93
Aditivo - 06/06/2008 (Planilha de aditivos)	R\$ 6.196.729,27
Aditivo - 17/11/2008 (Aditivo 2)	R\$ 258.681,39
Aditivo - 17/11/2008 (Aditivo 3)	R\$ 828.226,03
Aditivo - 03/02/2009 (Aditivo 4)	R\$ 9.875.000,00
Aditivo - 17/04/2009 (Aditivo 5)	R\$ 29.601.051,52
Aditivo - 31/08/2009 (Aditivo 6)	R\$ 20.501.924,03
Aditivo - 12/04/2010 (Aditivo 9)	R\$ 3.301.764,39
Aditivo - 30/07/2010 (Aditivo 11)	R\$ 345.986.318,13
Aditivo - 17/02/2011 (Aditivo 12)	R\$ 9.427.610,90
Aditivo - 18/07/2011 (Aditivo 14)	R\$ 11.098.862,32
Aditivo - 16/12/2011 (Aditivo 16)	R\$ 15.901.701,95
Aditivo - 11/01/2012 (Planilha de aditivos)	R\$ 18.675.869,52
Aditivo - 23/01/2012 (Planilha de aditivos)	R\$ 47.360.664,16
Total	R\$ 2.340.026.534,54
1.10 - Valor da vantagem indevidamente recebida, conforme descrito acima (1% do valor total calculado no item 1.9)	R\$ 23.400.265,35

Fontes: Docs 24, 26 e ICJ 0800.0035013.07.2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2º CONTRATO	
Celebrado com CONSÓRCIO integrado pela OAS	
2.1 - Instrumentos Contratuais Jurídicos (ICJ)	0800.0055148.09.2 e 8500.0000056.09.2
2.2 - Objeto do contrato	Implantação das UHDT's e UGH's da Refinaria Abreu e Lima – RNEST
2.3 - Valor final estimado da obra (calculado em sigilo pela PETROBRAS)	R\$ 2.692.667.038,77
2.4 - Diretoria da PETROBRAS interessada Diretor	Diretoria de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA
2.5 - Empresas convidadas para a licitação e respectivas propostas	
1) OAS <i>R\$ 3.260.394.026,95</i>	1) INTEGRANTE DO CARTEL
2) ODEBRECHT <i>Consórcio c/ OAS</i>	2) INTEGRANTE DO CARTEL
3) MENDES JUNIOR <i>R\$ 3.658.112.809,23</i>	3) INTEGRANTE DO CARTEL
4) CAMARGO CORREA <i>R\$ 3.786.234.817,85</i>	4) INTEGRANTE DO CARTEL
5) ANDRADE GUTIERREZ <i>R\$ 4.018.104.070,23</i>	5) INTEGRANTE DO CARTEL
6) TECHINT <i>Consórcio c/ ANDRADE GUTIERREZ</i>	6) INTEGRANTE DO CARTEL
7) ENGEVIX	7) INTEGRANTE DO CARTEL
8) GDK	8) INTEGRANTE DO CARTEL
9) IESA	9) INTEGRANTE DO CARTEL
10) MPE	10) INTEGRANTE DO CARTEL
11) PROMON	11) INTEGRANTE DO CARTEL
12) QUEIROZ GALVÃO	12) INTEGRANTE DO CARTEL
13) SKANSKA	13) INTEGRANTE DO CARTEL
14) SOG	14) INTEGRANTE DO CARTEL
15) UTC	15) INTEGRANTE DO CARTEL
2.6 - Processo licitatório	
Início	02/04/2009
Resultado	O Consórcio RNEST-CONEST, composto por ODEBRECHT e OAS, foi vencedor do certame
Signatário do contrato pela OAS	AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS
2.7 - Consórcio contratado	CONSÓRCIO RNEST-CONEST
Composição do consórcio	50% ODEBRECHT 50% OAS
Data de assinatura do contrato	10/12/2009
2.8 - Execução do contrato	
ICJ nº 0800.0055148.09.2	
Início	09/02/2010
Término com aditivos	Previsto para 17/01/2015
ICJ nº 8500.0000056.09.2	
Início	09/02/2010
Término com aditivos	19/10/2014
2.9 - Valor dos ICJs nºs 0800.0055148.09.2 e 8500.0000056.09.2 a ser considerado para fins de cálculo da vantagem indevidamente recebida*	
<i>*Valor inicial + Aditivos majoradores firmados durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA (14/05/2004 - 29/04/2012)</i>	
Valor inicial	R\$ 3.190.646.503,15
Aditivo - 12/01/2012 (Planilha de aditivos)	R\$ 38.562.031,42
Total	R\$ 3.229.208.534,57
2.10 - Valor da vantagem indevidamente recebida, conforme descrito acima (1% do valor total calculado no item 2.9)	R\$ 32.292.085,35

Fontes: Docs 24, 26 e ICJ 8500.0000056.09.2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

3º CONTRATO	
Celebrado com CONSÓRCIO integrado pela OAS	
3.1 - Instrumentos Contratuais Jurídicos (ICJ)	8500.0000057.09.2, 0800.0053456.09.2 e 0800.0087625.13.2
3.2 - Objeto do contrato	Implantação das UDAs da Refinaria Abreu e Lima – RNEST
3.3 - Valor final estimado da obra (calculado em sigilo pela PETROBRAS)	R\$ 1.297.508.070,67
3.4 - Diretoria da PETROBRAS interessada	Diretoria de Abastecimento
Diretor	PAULO ROBERTO COSTA
3.5 - Empresas convidadas para a licitação e respectivas propostas	
1) OAS <i>R\$ 1.505.789.122,90</i>	1) INTEGRANTE DO CARTEL
2) ODEBRECHT <i>Consórcio c/ OAS</i>	2) INTEGRANTE DO CARTEL
3) IESA <i>R\$ 1.669.411.515,64</i>	3) INTEGRANTE DO CARTEL
4) QUEIROZ GALVÃO <i>Consórcio c/ IESA</i>	4) INTEGRANTE DO CARTEL
5) ENGEVIX <i>R\$ 1.781.960.954,00</i>	5) INTEGRANTE DO CARTEL
6) UTC <i>Consórcio c/ ENGEVIX</i>	6) INTEGRANTE DO CARTEL
7) ANDRADE GUTIERREZ	7) INTEGRANTE DO CARTEL
8) CAMARGO CORREA	8) INTEGRANTE DO CARTEL
9) GDK	9) INTEGRANTE DO CARTEL
10) MENDES JUNIOR	10) INTEGRANTE DO CARTEL
11) MPE	11) INTEGRANTE DO CARTEL
12) PROMON	12) INTEGRANTE DO CARTEL
13) SKANSKA	13) INTEGRANTE DO CARTEL
14) SOG	14) INTEGRANTE DO CARTEL
15) TECHINT	15) INTEGRANTE DO CARTEL
3.6 - Processo licitatório	
Início	30/04/2009
Resultado	O Consórcio RNEST-CONEST, composto por ODEBRECHT e OAS, foi vencedor do certame
Signatário do contrato pela OAS	AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS
3.7 - Consórcio contratado	
Composição do consórcio	CONSÓRCIO RNEST-CONEST 50% ODEBRECHT 50% OAS
Data de assinatura do contrato	10/12/2009
3.8 - Execução do contrato	
ICJ nº 8500.0000057.09.2	
Início	28/01/2010
Término com aditivos	22/02/2014
ICJ nº 0800.0087625.13.2	
Início	28/01/2010
Término com aditivos	Previsto para 12/02/2015
3.9 - Valor dos ICJs nºs 8500.0000057.09.2, 0800.0053456.09.2 e 0800.0087625.13.2 a ser considerado para fins de cálculo da vantagem indevidamente recebida*	
*Valor inicial + Aditivos majoradores firmados durante a gestão de PAULO ROBERTO COSTA (14/05/2004 – 29/04/2012)	
Valor inicial	R\$ 1.485.103.583,21
Aditivo - 28/12/2011 (Planilha de aditivos)	R\$ 8.032.340,38
Total	R\$ 1.493.135.923,59
3.10 - Valor da vantagem indevidamente recebida, conforme descrito acima (1% do valor total calculado no item 3.9)	
	R\$ 14.931.359,24

Fontes: Docs 24, 26 e ICJ 8500.0000057.09.2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nestes termos, nos contratos e aditivos celebrados com a Petrobras S/A no período em que **PAULO ROBERTO COSTA** exerceu o cargo de Diretor de Abastecimento de Petrobras, a **CONSTRUTORA OAS** efetuou o pagamento de vantagens indevidas no valor de ao menos **R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos). Esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 212 milhões.

SÍNTESE DAS VANTAGENS INDEVIDAMENTE RECEBIDAS	
Em ordem crescente de valores	
INSTRUMENTO CONTRATUAL JURÍDICO (ICJ)	VANTAGEM INDEVIDAMENTE RECEBIDA
8500.0000057.09.2, 0800.0053456.09.2 e 0800.0087625.13.2	R\$ 14.931.359,24
0800.0035013.07.2	R\$ 23.400.265,35
0800.0055148.09.2 e 8500.0000056.09.2	R\$ 32.292.085,35
TOTAL	R\$ 70.623.709,93

V.2 – Os pagamentos realizados pela CONSTRUTORA OAS por intermédio das empresas operadas por YOUSSEF

Conforme já exposto no capítulo III, acima, o recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA** e pelas pessoas e agremiações políticas por ele indicadas se dava de diversas formas, destacando-se principalmente quatro modalidades: 1) celebração de contratos simulados, com a indicação de falsos objetos, com empresas de fachada, controladas por YOUSSEF; 2) celebração de contratos diretos com empresa de consultoria de **PAULO ROBERTO**, para o pagamento de “atrasados” após sua saída da empresa; 3) entrega de numerário em espécie no escritório de YOUSSEF ou em outro lugar combinado por ele ou **PAULO ROBERTO**; 4) depósito de valores em contas mantidas por ambos no exterior.

Nesta ação, tais pagamentos, realizados em todos os contratos e aditivos da PETROBRAS acima indicados, são comprovados por diferentes meios de prova, dentre os quais os depoimentos de testemunhas e a confissão de corréus, os documentos apreendidos em poder dos investigados, o patrimônio incompatível com a renda lícita dos empregados da PETROBRAS, os contratos e notas fiscais fraudulentos celebrados com empresas de fachada e as transações bancárias de movimentação do valor da propina em favor de tais empresas.

Neste item, serão descritos os repasses de numerário efetuados pela **CONSTRUTORA OAS**, diretamente ou por intermédio de sua subsidiária **COESA ENGENHARIA**, em favor das empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF, bem como os contratos fraudulentos e as notas fiscais “frias” utilizados para dissimular a verdadeira razão das transferências bancárias. A **COESA ENGENHARIA** tem a OAS como sócia majoritária, com 99,99% de participação no capital social³⁵.

É certo que as transações bancárias identificadas **até o momento** não alcançam o montante de 1% dos contratos firmados entre a **CONSTRUTORA OAS** e a **PETROBRAS**. Não obstante, **a certeza da ocorrência dos pagamentos em relação a todos os contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento com as empresas cartelizadas advém do conjunto das provas coligidas nos autos.**

A identificação das transações bancárias sem qualquer justificativa plausível, realizadas no período de vigência dos contratos acima mencionados, ainda que em valor me-

35 **Doc. 23.**

nor que o montante total das vantagens indevidas recebidas em razão do cargo de **PAULO ROBERTO COSTA**, constitui mais uma prova de que os pagamentos realmente ocorreram da exata forma descrita por **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**.

Assim, para promover o pagamento das vantagens indevidas ajustadas nos contratos descritos no item V.1, a **CONSTRUTORA OAS**, diretamente ou por intermédio de sua subsidiária **COESA ENGENHARIA**, firmou ao menos dez contratos fraudulentos com as empresas de fachada operadas por YOUSSEF, e efetuou ao menos quatorze transações bancárias em seu favor, no valor total de **R\$ 9.574.735,45** (nove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais, e quarenta e cinco centavos).

Na época em que ocorreram os repasses por meio de transações bancárias, estavam vigentes diversos contratos de consórcios integrados pela **CONSTRUTORA OAS** com a PETROBRAS, acima identificados e descritos (item V.1). A data de celebração com a PETROBRAS dos contratos e aditivos descritos acima variou de **31/08/2007**³⁶ a **23/01/2012**³⁷, enquanto os repasses para empresa de fachada, como se demonstrará, foram feitos de **30/06/2010** a **25/05/2012**.

A seguir, são descritos os **repasses de numerário** efetuados pela **CONSTRUTORA OAS** diretamente ou por intermédio de sua subsidiária **COESA ENGENHARIA**³⁸, em favor das empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF, assim como os **contratos fraudulentos** e as **notas fiscais “frias”** utilizados para dissimular a verdadeira razão dos repasses.

36 Vide ICJ 0800.0035013.07.2, em mídia a ser depositada na secretaria.

37 Vide aditivos do ICJ 0800.0035013.07.2, na planilha de aditivos fornecida pela PETROBRAS - **Doc 26**.

38 A OAS é proprietária de 99,99% da COESA ENGENHARIA - **Doc. 23**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1º e 2º REPASSES Da OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A (OAS S/A) para a M.O. CONSULTORIA

A - Contratação fraudulenta da M.O. CONSULTORIA

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Data de celebração do contrato	03/05/2010
Prazo	5 meses
A.2 - Signatários do contrato	
JOÃO ALBERTO LAZZARI	OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A (OAS S/A)
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	M.O. CONSULTORIA
A.3 - Objeto fictício do contrato	Serviços de consultoria técnica nas áreas empresarial, fiscal, trabalhista e de auditoria
A.4 - Valor do contrato	R\$ 600.000,00

B - Emissão de notas fiscais frias pela M.O. CONSULTORIA

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 152	27/08/2010
Valor	R\$ 360.000,00
B.2 - Nota fiscal nº 158	02/09/2010
Valor	R\$ 240.000,00
Valor total da nota	R\$ 600.000,00

C - Repasses da OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A (OAS S/A) para a M.O. CONSULTORIA

Revelados pela quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA

C.1 - Transferência bancária	08/09/2010
Valor	R\$ 337.860,00
C.2 - Transferência bancária	20/09/2010
Valor	R\$ 225.240,00
Valor total dos repasses	R\$ 563.100,00

Observação:

1. O valor total dos repasses é menor do que o valor total das notas e do contrato porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Doc 39 (Contrato entre OAS e M.O. CONSULTORIA)
Contrato juntado pela própria OAS no evento 30, COMP2 dos autos 5044849-81.2014.404.7000.
2. Docs 32 e 33 (Identificação da assinatura do representante da OAS que firmou o contrato)
Em que pese não haja identificação do representante da OAS que subscreveu o ato, é possível afirmar a autoria por JOÃO ALBERTO LAZZARI ante o confronto com sua assinatura aposta em outro contrato no mesmo COMP2 do Evento 30 dos autos 5044849-81.2014.404.7000 e no contrato juntado ao evento 488, AP-INQPOL6 e AP-INQPOL7, fls. 000184/000191 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
3. Doc 41 (Identificação da assinatura de WALDOMIRO)
A assinatura de WALDOMIRO é reconhecida mediante confronto com outras assinaturas dele constantes nos autos, como, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
4. Doc 39 (Notas fiscais frias emitidas pela M.O. CONSULTORIA)
Documentos apresentados pela própria OAS nos autos 5044849-81.2014.404.7000, evento 30, COMP2. Como lá se observa, o valor líquido da nota fiscal nº 152 é de R\$ 337.860,00, enquanto para a nota 158 o valor pago, descontados os tributos, é de exatos R\$ 225.240,00.
5. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775-48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
6. Doc 38 (A própria OAS confirma a ocorrência destes repasses)
Autos 5044849-81.2014.404.7000, evento 30, PET1
7. Doc 13 (Esclarecimento de YOUSSEF sobre a finalidade dos repasses)
No interrogatório de YOUSSEF nos autos 5026212-84.2013.404.7000, este afirma expressamente que os depósitos efetuados pela OAS na conta da M.O. são "pagamentos de comissionamentos para que isso depois fosse repassado ao Paulo Roberto Costa e a agentes públicos". Vale ressaltar que, conforme afirmou o próprio PAULO ROBERTO, ele sequer tinha conhecimento da obra específica a qual se referia determinado pagamento operacionalizado por YOUSSEF, eis que as vantagens indevidas eram cumuladas em um "pacote maior", para usar a expressão do juízo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

3º REPASSE

Da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Contratação fraudulenta da EMPREITEIRA RIGIDEZ

Para dissimular a verdadeira razão do repasse

A.1 - Data de celebração do contrato	04/05/2009
Prazo	Até 04/07/2009
A.2 - Signatários do contrato	
REPRESENTANTE AINDA NÃO IDENTIFICADO	CONSTRUTORA OAS LTDA
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.3 - Objeto fictício do contrato	Prestação de serviços de consultoria técnica visando recompor financeiramente contrato junto à TKCSA em relação à obra TKCSA BOP 1, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ
A.4 - Valor do contrato	Até R\$ 3.000.000,00 (success fee)

B - Emissão de nota fiscal fria pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 83	
Data	18/06/2010
Valor total da nota	R\$ 1.836.941,52

C - Repasse da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelado pela quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ

C.1 - Transferência bancária	
Data	30/06/2010
Valor total do repasse	R\$ 1.632.122,54

Observações:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor líquido da nota, R\$ 1.723.969,62 (valor este obtido após o desconto dos tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL), porque não foi identificado o depósito da diferença de R\$ 91.847,08, sendo possível inferir que o pagamento desta diferença se deu por outras vias, mediante compensação ou em espécie, por exemplo.
2. Em que pese no contrato se mencione que a RIGIDEZ seria representada por DENISVALDO DE ALMEIDA, o mero confronto da assinatura aposta no documento com a de WALDOMIRO (constante, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000 – Anexo 41), permite concluir pela autoria da subscrição.

Fontes:

1. Docs 33 e 37 (Contrato entre OAS e EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Contrato apreendido no escritório de contabilidade ARBOR, que prestava serviços para ALBERTO YOUSSEF, (autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL6, fls. 000173/000179) e posteriormente apresentado pela própria Construtora OAS nos autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
2. Doc 33 (Termo de encerramento do contrato e especificação da success fee)
Há termo de encerramento do contrato datado de 15/06/10, no qual declaram que a OAS auferiu R\$ 26.242.021,65 em decorrência das prestações de serviço pela RIGIDEZ, pelo que era devido à contratada o valor de R\$ 1.836.941,52 nos termos da cláusula 6.1 do contrato original (Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL6, fls. 000181/000182).
3. Doc 34 (Cartas de cobrança da success fee enviadas da EMPREITEIRA RIGIDEZ para OAS)
A EMPREITEIRA RIGIDEZ encaminhou primeira carta de cobrança à OAS com data de 20/11/09, afirmando que em virtude do cumprimento do referido contrato lhe era devida a importância de R\$ 1.836.941,52. Seguiram-se outras três correspondências de cobrança à Construtora OAS, datadas de 15/12/09, 22/02/10 e 02/06/10, sendo todas assinadas por WALDOMIRO e encaminhadas aos cuidados do engenheiro Cláudio Borges (101Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL7, fls. 000201/000204).
4. Doc 37 (Nota fiscal fria emitida pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Documento apresentado pela própria construtora OAS nos autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
5. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775-48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
6. Doc 36 (A própria OAS confirma a ocorrência deste repasse)
Autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, PET1.

4º e 5º REPASSES Da CONSTRUTORA OAS LTDA para a RCI SOFTWARE

A - Contratação fraudulenta da RCI SOFTWARE

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Data de celebração do contrato	01/07/2010
A.2 - Signatários do contrato	
REPRESENTANTE AINDA NÃO IDENTIFICADO	CONSTRUTORA OAS LTDA
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	RCI SOFTWARE
A.3 - Objeto fictício do contrato	Consultoria em informática para desenvolvimento ou criação de programa
A.4 - Valor do contrato	R\$ 225.000 (em 3 parcelas mensais)

B - Emissão de notas fiscais frias pela RCI SOFTWARE

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 61	27/08/2010
Valor	R\$ 150.000,00
B.2 - Nota fiscal nº 67	01/09/2010
Valor	R\$ 75.000,00
Valor total da nota	R\$ 225.000,00

C - Repasses da CONSTRUTORA OAS LTDA para a RCI SOFTWARE

Revelados pela quebra de sigilo bancário da RCI SOFTWARE

C.1 - Depósito bancário	08/09/2010
Valor	R\$ 140.775,00
C.2 - Depósito bancário	20/09/2010
Valor	R\$ 70.383,50
Valor total dos repasses	R\$ 211.158,50

Observações:

1. O valor total dos repasses é menor do que o valor total das notas e do contrato porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.
2. Em que pese no contrato se mencione que a RIGIDEZ seria representada por DENISVALDO DE ALMEIDA, o mero confronto da assinatura aposta no documento com a de WALDOMIRO (constante, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000 – Anexo 41), permite concluir pela autoria da subscrição.

Fontes:

1. Doc 34 (Contrato entre OAS e RCI SOFTWARE)
Contrato apreendido no escritório de contabilidade ARBOR, que prestava serviços para ALBERTO YOUSSEF, (autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL7, fls. 000206/000207).
2. Doc 37 (Notas fiscais frias emitidas pela RCI SOFTWARE)
Autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
3. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da RCI SOFTWARE)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

6º REPASSE

Da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Contratação fraudulenta da EMPREITEIRA RIGIDEZ

Para dissimular a verdadeira razão do repasse

A.1 - Data de celebração do contrato	04/10/2010
Prazo	2 meses
A.2 - Signatários do contrato	
REPRESENTANTE AINDA NÃO IDENTIFICADO	CONSTRUTORA OAS LTDA
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.3 - Objeto fictício do contrato	Prestação de serviços de consultoria técnica visando recompor financeiramente contrato junto à GAS BRASILIANO - GBD
A.4 - Valor do contrato	R\$ 1.150.000,00

B - Emissão de nota fiscal fria pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 100	
Data	16/11/2010
Valor total da nota	R\$ 1.150.000,00

C - Repasse da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelado pela quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ

C.1 - Transferência eletrônica disponível	
Data	03/12/2010
Valor total do repasse	R\$ 1.079.275,00

Observações:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da nota e do contrato porque no repasse são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.
2. Em que pese no contrato se mencione que a RIGIDEZ seria representada por DENISVALDO DE ALMEIDA, o mero confronto da assinatura aposta no documento com a de WALDOMIRO (constante, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000 – Anexo 41), permite concluir pela autoria da subscrição.

Fontes:

1. Docs 33 e 37 (Contrato entre OAS e EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Contrato apreendido no escritório de contabilidade ARBOR, que prestava serviços para ALBERTO YOUSSEF, (autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL6, fls. 000158/000163) e posteriormente apresentado pela própria Construtora OAS nos autos 5044988- 33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
2. Doc 32 e 37 (Nota fiscal fria emitida pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Documento apreendido na sede da ARBOR Consultoria e juntado aos autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL5, fls. 000151, e posteriormente apresentado pela própria construtora OAS nos autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
3. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
4. Doc 36 (A OAS confirma a ocorrência deste repasse, embora com equívoco da data)
Autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, PET1.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

7º REPASSE Da CONSTRUTORA OAS LTDA para a M.O. CONSULTORIA

A - Contratação fraudulenta da M.O. CONSULTORIA

Para dissimular a verdadeira razão do repasse

A.1 - Data de celebração do contrato	04/11/2010
Prazo	30 dias úteis
A.2 - Signatários do contrato	
REPRESENTANTE AINDA NÃO IDENTIFICADO	CONSTRUTORA OAS LTDA
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.3 - Objeto fictício do contrato	Serviços de auditoria fiscal e trabalhista nas Obras da Diretoria SP
A.4 - Valor do contrato	R\$ 660.000,00

B - Emissão de nota fiscal fria pela M.O. CONSULTORIA

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 167	
Data	20/12/2010
Valor total da nota	R\$ 660.000,00

C - Repasse da CONSTRUTORA OAS LTDA para a M.O. CONSULTORIA

Revelado pela quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA

C.1 - Transferência eletrônica disponível	
Data	03/01/2011
Valor total do repasse	R\$ 619.410,00

Observação:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da nota e do contrato porque no repasse são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Doc 37 (Contrato entre OAS e M.O. CONSULTORIA)
Contrato juntado pela própria OAS no evento 20, COMP2 dos autos 5044988-33.2014.404.7000.
2. Doc 41 (Identificação da assinatura de WALDOMIRO)
A assinatura de WALDOMIRO é reconhecida mediante confronto com outras assinaturas dele constantes nos autos, como, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
3. Doc 32 e 37 (Nota fiscal fria emitida pela MO CONSULTORIA)
Documento apreendido na sede da ARBOR Consultoria e juntado aos autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL5, fls. 000152, e posteriormente apresentado pela própria construtora OAS nos autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
5. Doc 36 (A própria OAS confirma a ocorrência deste repasse)

Autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, PET1.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

8º REPASSE

Da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Contratação fraudulenta da EMPREITEIRA RIGIDEZ

Para dissimular a verdadeira razão do repasse

A.1 - Contrato nº	GPI-224/2010
A.2 - Data de celebração do contrato	01/02/2011
Prazo	Até 28/02/2011
A.3 - Signatários do contrato	
FERNANDO AUGUSTO STREMEL DE ANDRADE	CONSTRUTORA OAS LTDA
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.4 - Objeto fictício do contrato	Prestação de serviços de consultoria técnica para recompor financeiramente o Contrato nº 0802.0000126.09.2 junto à Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG para a obra Gasoduto Pilar Ipojuca
A.5 - Valor do contrato	R\$ 1.864.048,71

B - Emissão de nota fiscal fria pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 123	
Data	04/03/2011
Valor total da nota	R\$ 1.864.048,71

C - Repasse da CONSTRUTORA OAS LTDA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelado pela quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ

C.1 - Transferência bancária	
Data	18/03/2011
Valor total do repasse	R\$ 1.749.409,71

Observação:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da nota e do contrato porque no repasse são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Docs 33 e 37 (Contrato entre OAS e EMPREITEIRA RIGIDEZ, termo de encerramento e boletim de medição)
Contrato apresentado pela própria Construtora OAS nos autos 5044988- 33.2014.404.7000, evento 20, COMP2. Vale mencionar que uma via do mesmo contrato, um termo de seu respectivo encerramento (sem data) e um boletim de medição dos supostos serviços já haviam sido apreendidos na sede do escritório de contabilidade ARBOR, que prestava serviços para o grupo criminoso comandado por YOUSSEF (Evento 488, AP-INQPOL6, fls. 00165/00171 dos autos 5049557-14.2013.404.7000).
2. Doc 41 (Identificação da assinatura de WALDOMIRO)
A assinatura de WALDOMIRO é reconhecida mediante confronto com outras assinaturas dele constantes nos autos, como, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
3. Docs 32 e 37 (Nota fiscal fria emitida pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Documento apreendido na sede da ARBOR Consultoria e juntado aos autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL5, fls. 000153, e posteriormente apresentado pela própria construtora OAS nos autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, COMP2.
4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
5. Doc 36 (A OAS confirma a ocorrência deste repasse)
Autos 5044988-33.2014.404.7000, evento 20, PET1.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

9º REPASSE

Da OAS S/A para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Contratação fraudulenta da EMPREITEIRA RIGIDEZ

Para dissimular a verdadeira razão do repasse

A.1 - Contrato nº	OP 019-11
A.2 - Data de celebração do contrato	01/08/2011
Prazo	Até 31/12/2011
A.3 - Signatários do contrato	
JOÃO ALBERTO LAZZARI	OAS S/A
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.4 - Objeto fictício do contrato	Serviços de levantamentos quantitativos e elaboração de proposta técnica e comercial para participação da concorrência de construção do Projeto Parque Shopping Maceió
A.5 - Valor do contrato	R\$ 1.000.000,00

B - Emissão de nota fiscal fria pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 25	
Data	23/05/2012
Valor total da nota	R\$ 1.000.000,00

C - Repasse da OAS S/A para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelado pela quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ

C.1 - Transferência bancária	
Data	29/05/2012
Valor total do repasse	R\$ 938.500,00

Observação:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da nota e do contrato porque no repasse são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Docs 33, 34 e 39 (Contrato entre OAS e EMPREITEIRA RIGIDEZ e termo de encerramento)
Documento apreendido na sede da empresa de contabilidade ARBOR e juntado ao evento 488, AP-INQPOL6 e AP-INQPOL7, fls. 000184/000191 dos autos 5049557-14.2013.404.7000. Posteriormente foi juntado aos autos de inquérito policial nº 5044849-81.2014.404.7000 pela própria OAS (evento 30, COMP2). O termo de encerramento do contrato foi apreendido no escritório da ARBOR juntamente com o contrato mencionado na nota anterior, tendo sido juntado ao evento 488, AP-INQPOL7, fls. 000192 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
2. Doc 33 (Nota fiscal fria emitida pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Documento apreendido na sede da ARBOR Consultoria e juntado aos autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL6, fls. 000154.
3. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.

10º e 11º REPASSES Da COESA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Contratação fraudulenta da EMPREITEIRA RIGIDEZ

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Data de celebração do contrato	03/05/2010
Prazo	Até setembro de 2010
A.2 - Signatários do contrato	
REPRESENTANTE AINDA NÃO IDENTIFICADO	COESA (mesma pessoa que assina pela OAS)
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.3 - Objeto fictício do contrato	Serviços de consultoria técnica para obras setor civil e elaborar dentro das possibilidades dos projetos a estruturação financeira que possa viabilizar a implantação dos projetos, para o interior paulista.
A.4 - Valor do contrato	R\$ 650.000,00

B - Emissão de notas fiscais frias pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

Não foram emitidas ou apreendidas as notas fiscais frias referentes a esses repasses

C - Repasses da COESA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelados pela quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ

C.1 - Transferência bancária	08/09/2010
Valor	R\$ 366.015,00
C.2 - Transferência bancária	20/09/2010
Valor	R\$ 244.010,00
Valor total dos repasses	R\$ 610.025,00

Observações:

1. O valor total dos repasse é menor do que o valor total do contrato porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.
2. A utilização da COESA no esquema de forma imbricada com a OAS é corroborada pelo fato de que, em que pese não se tenha identificado o responsável pela assinatura do contrato em pauta em nome da empreiteira, a mera análise visual deixa claro que se trata da mesma pessoa que subscreveu o 3º, 4º e 5º contratos acima identificados em nome da OAS.

Fontes:

1. Doc 23 (Composição societária da COESA ENGENHARIA)
A COESA ENGENHARIA tem a OAS como sócia majoritária, com 99,99% de participação desde 07/01/98, conforme pesquisa de rastreamento societários que acompanha esta ação.
2. Docs 42 e 43 (Contrato entre COESA e EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Autos 49557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL24 e AP-INQPOL25, fls. 000696/000700.
3. Doc 41 (Identificação da assinatura de WALDOMIRO)
A assinatura de WALDOMIRO é reconhecida mediante confronto com outras assinaturas dele constantes nos autos, como, por exemplo, em seu termo de declarações juntado ao evento 14, AUTO_QUALIFIC7 dos autos 5049557-14.2013.404.7000.
4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.
5. Doc 18 (Esclarecimentos referentes ao valor dos repasses)
Conforme bem esclareceu a autoridade policial na representação acostada ao evento 1 dos autos 50734751320144047000: "a primeira (transferência eletrônica) referente ao valor de três parcelas e a segunda referente as duas últimas parcelas, descontando-se os valores referente aos tributos, cujo percentual é de 6,15% (IRRF 1,50%, PIS 0,65% e COFINS 3,00%, CSLL 1,00%)."

12º REPASSE Da COESA para a M.O. CONSULTORIA

A - Contratação fraudulenta da M.O. CONSULTORIA

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

Não foi elaborado ou apreendido o contrato referente a esse repasse

B - Emissão de nota fiscal fria pela M.O. CONSULTORIA

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 169

Data	20/12/2010
Objeto fictício	Consultoria financeira e tributária
Valor total da nota	R\$ 464.048,70

C - Repasses da COESA para a M.O. CONSULTORIA

Revelados pela quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA

C.1 - Transferência bancária

Data	03/01/2011
Valor do repasse	R\$ 435.509,70

Observações:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da nota porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Doc 23 (Composição societária da COESA ENGENHARIA)
A COESA ENGENHARIA tem a OAS como sócia majoritária, com 99,99% de participação desde 07/01/98, conforme pesquisa de rastreamento societários que acompanha esta ação.
2. Doc 42 (Nota fiscal fria emitida pela M.O. CONSULTORIA)
Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL24, fls. 000694.
3. Doc 18 (Semelhança entre os endereços da COESA e da OAS)
Como bem observado pela autoridade policial na representação que inaugurou os autos 50734751320144047000 que o endereço da COESA registrado no documento fiscal é o mesmo da própria Construtora OAS, mudando tão somente o número da sala.
4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

13º REPASSE De CONSÓRCIO integrado pela COESA para a M.O. CONSULTORIA

A - Proposta de contratação fraudulenta encaminhada pela M.O. CONSULTORIA ao CONSÓRCIO VIÁRIO SÃO BERNARDO

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Proposta nº	1709/2011-mo
A.2 - Data de proposta	23/05/2011
A.3 - Signatário da proposta	
WALDOMIRO DE OLIVEIRA	M.O. CONSULTORIA
A.4 - Objeto fictício da proposta	Serviços de Consultoria Fiscal e Trabalhista para o encerramento do Consórcio Viário São Bernardo.
A.5 - Valor da proposta	R\$ 780.000,00

B - Emissão de nota fiscal fria pela M.O. CONSULTORIA

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 18	
Data	08/12/2011
Valor total da nota	R\$ 780.000,00

C – Repasse da COESA para a M.O. CONSULTORIA

Revelados pela quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA

C.1 - Transferência bancária	
Data	20/12/2011
Valor do repasse	R\$ 732.030,00

Observações:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da proposta e da nota porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Doc 23 (Composição societária do CONSÓRCIO VIÁRIO SÃO BERNARDO e da COESA ENGENHARIA)
Consoante demonstra o documento de rastreamento societário em Doc, trata-se de consórcio integrado pela COESA ENGENHARIA e pela CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A. A COESA ENGENHARIA, por sua vez, tem a OAS como sócia majoritária, com 99,99% de participação desde 07/01/98, conforme pesquisa de rastreamento societários que acompanha esta ação.
2. Doc 44 (Proposta contratual encaminhada pela M.O. CONSULTORIA)
Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 491, AP-INQPOL152, fls. 63.
3. Doc 45 (Nota fiscal fria emitida pela M.O. CONSULTORIA)
Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL8, fls. 000248.
4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA)
Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.

14º REPASSE

De CONSÓRCIO integrado pela COESA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

A - Proposta de contratação fraudulenta encaminhada pela EMPREITEIRA RIGIDEZ ao CONSÓRCIO VIÁRIO SÃO BERNARDO

Para dissimular a verdadeira razão dos repasses

A.1 - Proposta nº	804-11
A.2 - Data de proposta	14/02/2011
A.3 - Signatária da proposta	
SORAIA LIMA DA SILVA	EMPREITEIRA RIGIDEZ
A.4 - Objeto fictício da proposta	Elaboração de atestado final para o encerramento do Consórcio
A.5 - Valor da proposta	R\$ 1.070.000,00

B - Emissão de nota fiscal fria pela EMPREITEIRA RIGIDEZ

A pedido de ALBERTO YOUSSEF e mediante pagamento a WALDOMIRO

B.1 - Nota fiscal nº 10	
Data	07/12/2011
Valor total da nota	R\$ 1.070.000,00

C - Repasse da COESA para a EMPREITEIRA RIGIDEZ

Revelados pela quebra de sigilo bancário da M.O. CONSULTORIA

C.1 - Transferência bancária	
Data	27/12/2011
Valor do repasse	R\$ 1.004.195,00

Observações:

1. O valor total do repasse é menor do que o valor total da proposta e da nota porque nos repasses são descontados os tributos relativos ao IRFONTE, PIS/COFINS e CSLL.

Fontes:

1. Doc 23 (Composição societária do CONSÓRCIO VIÁRIO SÃO BERNARDO e da COESA ENGENHARIA)

Consoante demonstra o documento de rastreamento societário em Doc, trata-se de consórcio integrado pela COESA ENGENHARIA e pela CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A. A COESA ENGENHARIA, por sua vez, tem a OAS como sócia majoritária, com 99,99% de participação desde 07/01/98, conforme pesquisa de rastreamento societários que acompanha esta ação.

2. Doc 17 (Proposta contratual encaminhada pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)

Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL27, fls. 000766.

3. Docs 17, 45 e 46 (Nota fiscal fria emitida pela EMPREITEIRA RIGIDEZ)

Os documentos apreendidos na sede da Arbor encontram-se nos autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL27, fls. 000774 e AP-INQPOL8, fls. 000247 (Docs 17 e 45, respectivamente). Já a apreensão das mesmas notas no escritório da Art Contábil, do já denunciado contador "Toninho", é atestada pelo relatório de análise de documentos juntado ao evento 442, INF37 dos mesmos autos (Doc 46).

4. Doc 40 (Quebra de sigilo bancário da EMPREITEIRA RIGIDEZ)

Extrato detalhado com dados obtidos via SIMBA no Caso 001-MPF-001035, em cumprimento da quebra de sigilo de dados bancários deferida nos autos 5027775- 48.2013.404.7000 (eventos 61 e 63), especificamente em relação às empresas GFD, M.O., RIGIDEZ e RCI.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Em síntese, no período de a **30/06/2010** a **25/05/2012** a **CONSTRUTORA OAS**, diretamente ou por intermédio de sua subsidiária **COESA ENGENHARIA**, realizou quatorze repasses de numerário para as empresas de fachada operadas por YOUSSEF, os quais totalizaram **R\$ 9.574.735,45** (nove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais, e quarenta e cinco centavos) e foram dissimulados por meio da celebração de contratos fraudulentos e da emissão de notas fiscais "frias". Nesse mesmo período, os consórcios integrados pela **CONSTRUTORA OAS** estavam executando com a PETROBRAS os contratos e aditivos identificados no item V.1 acima, tendo pago ao menos 1% dos respectivos valores a **PAULO ROBERTO COSTA**, que auferiu indevidamente essa vantagem.

SÍNTESE DOS REPASSES	
Do mais antigo para o mais recente	
DATA DO REPASSE	VALOR DO REPASSE
30/06/2010	R\$ 1.632.122,54
08/09/2010	R\$ 337.860,00
	R\$ 140.775,00
	R\$ 366.015,00
20/09/2010	R\$ 225.240,00
	R\$ 70.383,50
	R\$ 244.010,00
03/12/2010	R\$ 1.079.275,00
03/01/2011	R\$ 619.410,00
	R\$ 435.509,70
18/03/2011	R\$ 1.749.409,71
20/12/2011	R\$ 732.030,00
27/12/2011	R\$ 1.004.195,00
29/05/2012	R\$ 938.500,00
TOTAL	R\$ 9.574.735,45

VI – INDIVIDUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DAS CONDUTAS.

A Constituição Federal, no capítulo pertinente à Administração Pública, estabelece que *“os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”* (art. 37, parágrafo 4º).

Com vistas à materialização do dispositivo constitucional supra, foi editada a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispôs sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de improbidade no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

A mencionada lei contempla, basicamente, três categorias de atos de improbidade administrativa: 1) atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; 2) atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; 3) atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Vale observar que são punidos também pela Lei de Improbidade Administrativa **os terceiros que, não se qualificando como agentes públicos, concorrem e/ou se beneficiam direta ou indiretamente com os atos de improbidade administrativa praticados por agente público**, nos termos do artigo 3º da Lei 8.429/92.

Em síntese, os requeridos praticaram ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito, causou dano ao erário e ofendeu os princípios da Administração Pública.

Os atos de improbidade administrativa praticados pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA**, para os quais concorreram e se beneficiaram os demais réus, já foram amplamente descritos nos tópicos anteriores desta peça.

Neste item, sinteticamente indica-se a responsabilidade de cada um dos réus nos fatos, a fim de facilitar a compreensão de sua participação.

VI.1 – PAULO ROBERTO COSTA:

O réu **PAULO ROBERTO COSTA** aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido

fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua qualidade de Diretor de Abastecimento da PETROBRAS S/A no período de 2004 a abril de 2012, pois nessa condição ele zelou pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito desta Estatal.

A propósito, esclareceu o réu, em depoimento prestado nos autos da Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, que nos contratos vinculados à Diretoria de Abastecimento da Petrobras era praxe o pagamento de vantagens indevidas pelas empreiteiras³⁹.

O **elemento doloso** das condutas ímprobas se clarifica, portanto, com a confissão de **PAULO ROBERTO COSTA** no sentido de que consciente e voluntariamente recebia as vantagens indevidas por parte das empreiteiras que contratavam com a Petrobras.

Assim, consoante descrito no item V.1 desta peça, **PAULO ROBERTO COSTA** recebeu vantagens indevidas correspondentes a 1% dos contratos de interesse da Diretoria de Abastecimento firmados pela PETROBRAS com a **CONSTRUTORA OAS**, no valor

³⁹ Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc 13**:

"[...]

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Interrogado: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

[...]"

No mesmo sentido, o interrogatório de **YOUSSEF**:

"[...]

Interrogado: -Sim senhor, Vossa Excelência. Mas toda empresa que... desse porte maior, ela já sabia que qualquer obra que ela fosse fazer, na área de Abastecimento da Petrobrás, ela tinha que pagar o pedágio de 1%.

[...]"

de ao menos **R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos).

Em suma, o requerido **PAULO ROBERTO COSTA** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito** (art. 9º da Lei 8.429/92) porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros⁴⁰, decorrente do exercício de Diretor de Abastecimento da Petrobras, no valor de R\$ 70.623.709,93 (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos) (art. 9º, *caput* e inciso VII, da Lei 8.429/92)⁴¹;

b) recebeu tais vantagens da **CONSTRUTORA OAS**, empresa que tinha interesse com ampla potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (art. 9º, I, da Lei 8.429/92)⁴²;

c) recebeu tais vantagens para omitir-se nos deveres que decorriam de seu ofício, sobretudo o dever de imediatamente informar irregularidades e adotar as providências cabíveis em seu âmbito de atuação (art. 9º, X, da Lei 8.429/92)⁴³.

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por conse-

40 A locução do artigo 9º, inciso I da Lei 8.429/92 aponta que o enriquecimento ilícito ocorre quando a agente recebe a **vantagem indevida, PARA SI OU PARA OUTREM**.

41 (Lei 8.429/92) "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

[...]"

42 (Lei 8.429/92) "Art. 9º [...]:

[...]

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

[...]"

43 (Lei 8.429/92) "Art. 9º [...]:

[...]

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

[...]"

quência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos) (**artigo 10 da Lei 8.429/92**)⁴⁴.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Destaque-se, nesse sentido, que **PAULO ROBERTO COSTA** violou inúmeros princípios éticos do Sistema Petrobras constantes do Código de Ética da empresa, a que todos os funcionários da Petrobras estão sujeitos, quais sejam, o dever de honestidade, de integridade, de lealdade, de legalidade, de impessoalidade, de transparência, bem como se desviou da missão, da visão e dos valores instituídos explicitamente na estratégia corporativa da empresa (itens III, IV, V, VII do Código de Ética). Violou ainda o item 8.8 do referido Código de Ética referido, ao infringir o dever de *"recusar quaisquer práticas de corrupção e propina"*⁴⁵.

Por fim, objetiva-se, nesta demanda, o provimento declaratório da sujeição das condutas dolosas imputadas ao réu **PAULO ROBERTO COSTA** às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, **sem a aplicação das sanções do artigo 12 da referida Lei**.

Os atos praticados pelo réu **PAULO ROBERTO COSTA**, descritos nesta ação, dão origem à constituição de uma **relação jurídica** entre o Estado e o autor do ato ilícito, consistente no direito de aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92, tanto ao réu **PAULO ROBERTO COSTA** quanto aos terceiros que concorreram para a prática dos atos e deles se beneficiaram.

Portanto, esta ação objetiva, quanto a **PAULO ROBERTO COSTA**, a declaração da **existência da relação jurídica decorrente da sujeição das condutas** de obter vantagens indevidas em razão do cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de lesar o patrimônio da companhia e de violar os princípios administrativos **às hipóteses**

44 Reitera-se que os atos concretos de frustração da licitude de cada processo licitatório e de contratação por preços superiores aos de mercado (art. 10, *caput*, V e VIII, da Lei 8.429/92), e o ressarcimento dos prejuízos causados por tais atos, serão objeto de ações autônomas.

45 **Doc 56** – Código de Ética do Sistema PETROBRAS.

normativas da Lei 8.429/92.

Consoante expressamente autoriza o Código de Processo Civil, em seu art. 4º, I, *o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica*, sendo ainda admissível a ação declaratória, nos termos do parágrafo único, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Como se sabe, o pedido na ação de improbidade “comporta duas formulações: primeiramente, o pedido de que o juiz reconheça a conduta de improbidade (pedido originário, de natureza declaratória); depois, o pedido de que, sendo procedente a ação, sejam aplicadas ao réu as respectivas sanções (pedido subsequente, de natureza condenatória)”⁴⁶.

Assim, o pedido desta ação, em relação a **PAULO ROBERTO COSTA**, limita-se ao provimento declaratório acima mencionado, sem que seja formulado pedido de condenação nas sanções do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

Necessário esclarecer que a ausência de pedido condenatório decorre da **celebração de acordo de colaboração premiada com PAULO ROBERTO COSTA**.

Com efeito, em 27 de agosto de 2014, foi celebrado acordo de colaboração premiada entre o Ministério Público Federal e o réu **PAULO ROBERTO COSTA**, já homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 29 de setembro de 2014⁴⁷.

No âmbito do referido acordo de colaboração premiada o réu **PAULO ROBERTO COSTA** renunciou, por serem produtos de atividade criminosa, a quaisquer direitos sobre valores mantidos em contas bancárias e investimentos no exterior, em qualquer país, inclusive mantidos no **Royal Bank of Canada em Cayman (aproximadamente USD 2,8 milhões)** sob os nomes dos familiares Marcio e Humberto) e os aproximadamente **USD 23 (vinte e três) milhões mantidos na Suíça** (em contas em nome de seus familiares Marici, Paulo Roberto e Arianna), controladas direta ou indiretamente por ele, ainda que mediante empresas *offshores* e familiares.⁴⁸

46 CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. “Direito Administrativo - Manual de Direito Administrativo - - 24 ed - 2011.epub.” Livraria e Editora Lumen Juris Ltda. ”

47 **Doc 53** - Acordo de Colaboração Premiada celebrado por Paulo Roberto Costa, Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000, Evento 948.

48 Termo de Colaboração Premiada, Cláusula 6ª, **Doc 53**.

Além disso, a título de multa compensatória cível, o réu, no âmbito do referido acordo, comprometeu-se⁴⁹:

a) a arcar com o valor de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais);

b) a entregar os seguintes bens que reconheceu serem produto ou proveito de atividade criminosa, ou seu equivalente em termos de valor: lancha COSTA AZUL, em nome da empresa SUNSET (**R\$ 1.100.000,00**); terreno adquiridos pela SUNSET, em Mangaratiba/RJ, matrícula 20721 (**R\$3.202.000,00**); valores apreendidos em sua residência quando da busca e apreensão (**R\$ 762.250,00, USD 181.495,00 e EUR 10.850,00**); bem como veículo EVOQUE recebido de Alberto Youssef (**R\$300.000,00**).

Ademais, somente em virtude do acordo de colaboração, o réu **PAULO ROBERTO COSTA** contribuiu para a **expansão das investigações**, que se debruçavam sobre condutas corruptas praticadas por um agente público e uma empresa, **para abarcar a apuração de condutas corruptas de diversos agentes públicos e diversas empresas, assim como a colheita de provas documentais e testemunhais do esquema criminoso**. Tal condição revelou ao MPF a ocorrência de danos ao erário em valores bem superiores ao inicialmente mensurado, e também possibilitará o ressarcimento de danos em valores notadamente superiores àqueles que seriam obtidos caso não fosse firmado o termo de colaboração.

Diante de tal cenário, o MPF entendeu, no caso concreto, que **tal acordo também abarcava as repercussões no campo da improbidade administrativa**, motivo pelo qual foi também submetido e homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em seus efeitos cíveis⁵⁰.

A propósito, **Andrey Borges de Mendonça** trata da extensão dos efeitos da colaboração premiada para o âmbito da improbidade administrativa, apesar da redação do artigo 17, §1º da Lei 8.429/92 ⁵¹:

Aqui, como lembra Vladimir Aras, podemos invocar o brocardo *ubi eadem ratio ibi eadem ius*. **Não há sentido em fornecer benefícios para alguém colaborar no âmbito criminal e esse mesmo agente ser punido pela Lei de Improbidade,**

49 Termo de Colaboração Premiada, Cláusula 8ª, **Doc 53**.

50 Cf. Ofício nº 355/2015 (PR-PR-00002021/2015 e Extrato de Ata 852/5CCR – **Doc. 57**).

51 Mendonça, Andrey Borges de., *Roteiro de Colaboração Premiada*, São Paulo: Mimeo, 2012.

exatamente em razão dos mesmos fatos. A incoerência na atuação estatal – reconhecendo benefícios em uma seara e negando em outra - demonstra até mesmo deslealdade do Poder Público com aquele que contribuiu para a perseguição dos agentes ímprobos, abrindo mão de seu direito a não se autoincriminar. Esta incoerência é reforçada quando a Ação de Improbidade se baseia justamente nos elementos desvelados pelo colaborador.

Ademais, estamos tratando de um benefício para o réu, de sorte que não há vedação ao uso de analogia em seu favor. Por fim, a interpretação teleológica nos conduz nesse mesmo sentido. É indubitoso que a vedação da lei de improbidade visa impedir que o interesse público seja lesionado. Porém, em casos de colaboração, sobretudo quando auxilia na recomposição no patrimônio público lesionado, o interesse público está sendo mais bem protegido, pois a Administração atingida é a mesma, as partes são as mesmas e o acordo acelera a reparação do dano causado ao erário e recuperação de ativos. Tanto isso é verdade que a Lei 9807/99 estabelece, como objetivo da colaboração, a recuperação total ou parcial do produto do crime, o que está em perfeita sintonia com o objetivo da ação de improbidade, conforme lembra Januário Paludo.

Assim, como lembra Vladimir Aras, há certa desproporcionalidade na aparente e absoluta vedação, por trazer desestímulo à cooperação e afronta à coesão sistêmica, atingindo o princípio da eficiência.

Destaque-se que em março de 2010, na Ação de Improbidade Administrativa n. 2006.50.01.009819-5113, que tramitou perante a Justiça Federal de Vitória/ES, aplicou-se a colaboração premiada no âmbito da improbidade administrativa aos réus Darci José Vedoin e Luiz Antônio Trevisan Vedoin. Segundo a Magistrada Federal, “a utilização da delação premiada, para fixação de sanção mínima, redução ou até afastamento de algumas das sanções, além de poder contribuir com as investigações e a instrução processual, mostra-se princípio de equidade e de igualdade jurídica, já que, em diversas outras situações legais, a renúncia ao direito constitucional de manter-se em silêncio converte-se em benefícios, com redução expressiva da sanção imposta”. No caso, a Juíza mitigou aos colaboradores a condenação ao pagamento de multa civil – que não possui caráter indenizatório,

mas sim sancionatório.

É de se ver também o que dispõe o art. 37 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção⁵², categoria na qual, *mutatis mutandis*, enquadram-se os atos de improbidade administrativa:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas apropriadas para restabelecer as pessoas que participem ou que tenham participado na prática dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção que proporcionem às autoridades competentes informação útil com fins investigativos e probatórios e as que lhes prestem ajuda efetiva e concreta que possa contribuir a privar os criminosos do produto do delito, assim como recuperar esse produto.
2. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de prever, em casos apropriados, a mitigação de pena de toda pessoa acusada que preste cooperação substancial à investigação ou ao indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.

O raciocínio é aplicável para a extensão dos efeitos penais de um acordo de colaboração à esfera cível, ainda que o contrário não possa ser feito. As normas penais, dado seu caráter fragmentário e residual, representam a tutela mais extrema dos bens jurídicos mais relevantes para a sociedade. Se uma sanção penal, mais grave, pode ser afastada ou mitigada para alcançar um bem maior, uma penalidade menos grave também pode, especialmente quando isso é necessário para manter a coerência da atuação do Estado e criar um ambiente favorável à descoberta e comprovação de novos fatos criminosos por meio de acordos de colaboração futuros.

Por fim, destaca-se que, em caso de quebra do acordo firmado, o MPF poderá, a qualquer momento, pleitear a aplicação das sanções correspondentes aos atos de improbidade praticados.

Assim, a obtenção do provimento declaratório é necessária e útil ao Estado para obter, dentro dos marcos prescricionais, o reconhecimento da relação jurídica decorrente da conduta ímproba, o que poderá ensejar, no futuro e mediante provocação

⁵² No Brasil, a Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 348/2005 e promulgada pelo Decreto nº 5.687/2006.

justificado do Judiciário, a aplicação das respectivas sanções, além de permitir a condenação de terceiros que concorreram e se beneficiaram dos atos ímprobos.

Portanto, são estes os fundamentos para a formulação, quanto ao réu **PAULO ROBERTO COSTA**, do pedido de declaração da existência da relação jurídica decorrente da subsunção das condutas dolosas do réu descritas nesta ação às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92.

VI.2 – CONSTRUTORA OAS LTDA., COESA ENGENHARIA LTDA. E OAS S/A

O grupo constituído pela **holding OAS S/A e suas empresas integrantes CONSTRUTORA OAS LTDA. e COESA ENGENHARIA LTDA.** concorreram para a prática dos atos de improbidade administrativa e deles se beneficiaram, pois foram diretamente responsáveis por influenciar **PAULO ROBERTO COSTA**, Diretor de Abastecimento da Petrobras entre 2004 a abril de 2012, a receber propinas e a manter-se conivente com os interesses do grupo empresarial na PETROBRAS.

Além disso, nas obras em que **CONSTRUTORA OAS LTDA.** era contratada, seja diretamente ou por intermédio de consórcios⁵³, foi efetuado o pagamento de vantagens indevidas a **PAULO ROBERTO COSTA** ou às pessoas por ele indicadas.

Observa-se que foi a pessoa jurídica **CONSTRUTORA OAS LTDA.** a responsável por, em seu nome ou em consórcio com outras empresas, firmar os contratos com a PETROBRAS dos quais decorreu o pagamento de vantagens indevidas à razão de 1%, e viabilizar o repasse de tais valores a **PAULO ROBERTO COSTA** e a ALBERTO YOUSSEF.

Já a pessoa jurídica **COESA ENGENHARIA LTDA.**, que tem como sócia majoritária a **CONSTRUTORA OAS LTDA.**, com 99,99% de participação social⁵⁴, foi por esta utilizada para operacionalizar o repasse de valores às empresas de fachada controladas por ALBERTO YOUSSEF.

53 (Lei 8.666/93) "Art. 33 Quando permitida na licitação a **participação de empresas em consórcio**, observar-se-ão as seguintes normas:

[...]

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

54 Doc. 23.

A pessoa jurídica **OAS S/A** é a *holding* controladora da empresa **OAS CONSTRUTORA LTDA.** e, por conseguinte, da **COESA ENGENHARIA LTDA.** Em razão desta condição, foi também beneficiada pela prática dos atos ilícitos, devendo ser igualmente responsabilizada na forma do art. 3º da Lei 8.429/92⁵⁵.

Ressalta-se que os pagamentos de propina foram realizados de forma sistemática, a evidenciar uma relação espúria estável de favorecimento aos empregados da PETROBRAS, no caso **PAULO ROBERTO COSTA**, e aos interesses escusos das empresas **CONSTRUTORA OAS LTDA., COESA ENGENHARIA LTDA. e OAS S/A.**

Assim, as circunstâncias objetivas do caso concreto demonstram que seus administradores agiram com vontade consciente e voluntária de, em nome das pessoas jurídicas, efetuar os pagamentos de vantagens indevidas ao agente público em razão do cargo de Diretor de Abastecimento, para si e para terceiros, do que decorre o **caráter doloso** das condutas.

Em razão disso, devem tais pessoas jurídicas ser responsabilizadas na forma do art. 3º da Lei 8.429/92, pois concorreram e se beneficiaram com a prática de atos de improbidade que acarretaram enriquecimento ilícito, danos ao erário no valor de **R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos)⁵⁶ e violação aos princípios administrativos (artigos 3º, 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92).

55 O art. 3º da Lei 8.429/92 determina a responsabilização daquele que, mesmo que de forma indireta, concorra ou se beneficie do ato ímprobo:

(Lei 8.429/92) "Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou **dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.**"

56 Recorda-se que esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 212 milhões.

VI.3 – JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOÃO ALBERTO LAZZARI, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA e JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI

Além da própria pessoa jurídica, também devem sofrer as sanções do art. 12 da Lei 8.429/92 seus administradores que, de forma dolosa, praticaram atos ilegais em seu nome.

É cediço que a pessoa jurídica não possui atuação dissociada das pessoas naturais que a compõem, pois somente estas agem com elemento subjetivo próprio. Portanto, é de rigor que as medidas persecutórias aplicáveis à pessoa jurídica sejam estendidas às pessoas naturais, exatamente aquelas que fizeram da pessoa jurídica que representavam, instrumento para a prática de atos ímprobos, conforme demonstrado a seguir.

Assim, abaixo se reprisa a participação de cada um dos réus ligados à **CONSTRUTORA OAS**, os quais, de forma consciente e voluntária, **atuaram dolosamente** para concorrer para a prática e se beneficiar das condutas ímprobas consubstanciadas nos pagamentos de vantagens indevidas no interesse de **PAULO ROBERTO COSTA**:

1. **JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”)**: na condição de Presidente da **OAS**, era, junto com **AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS**, um dos contatos diretos de **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF com a empreiteira **OAS**, sendo responsável pelo oferecimento e promessa de vantagens indevidas ao próprio **PAULO ROBERTO COSTA** e a outros empregados da PETROBRAS para a consecução de contratos e seus respectivos aditivos com a Estatal⁵⁷. Era, ainda, um dos responsáveis pela representação desta empresa no Cartel, e por coordenar o branqueamento dos respectivos valores ilícitos auferidos com os crimes praticados, inclusive mediante a celebração de contratos fictícios com empresas de fachada para viabilizar o repasse das vantagens ilícitas de forma disfarçada.

57 Conforme depoimentos prestados por **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF - Evento 1.101, dos autos 5026212-82.2014.404.7000 – **Doc 13**.

Mencione-se, nesse sentido, que, em planilha apreendida na residência de **PAULO ROBERTO COSTA**, na qual são relacionadas as colunas “empresa”, “executivo” e “solução” indicando os representantes de empresas com os quais o ex-diretor da PETROBRAS efetuou contato a fim de obter recursos para campanhas políticas, a **OAS** é vinculada ao executivo “Léo”⁵⁸.

2. **AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS**: atualmente Diretor-Presidente da Área Internacional da Construtora OAS S.A, era, junto com **JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”)**, um dos contatos diretos de **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF com a empreiteira **OAS**, sendo responsável pelo oferecimento e promessa de vantagens indevidas ao próprio **PAULO ROBERTO COSTA** e a outros empregados da PETROBRAS para a consecução de contratos e seus respectivos aditivos com a Estatal⁵⁹. Era, ainda, um dos responsáveis pela representação desta empresa no Cartel, e por coordenar o branqueamento dos respectivos valores ilícitos auferidos com os crimes praticados, inclusive mediante a celebração de contratos fictícios com empresas de fachada para viabilizar o repasse das vantagens ilícitas de forma disfarçada.

3. **FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE**, sob a coordenação de **JOSÉ ALDEMÁRIO** e **AGENOR**, e na condição de representante da **OAS**, era responsável pela assinatura de documentos ideologicamente falsos com as empresas M.O., RIGIDEZ e RCI, a fim de possibilitar a lavagem dos valores ilícitos relacionados aos contratos celebrados com a PETROBRAS⁶⁰.

4. **JOÃO ALBERTO LAZZARI**: sob a coordenação de **JOSÉ ALDEMÁRIO** e **AGENOR**, em atividade idêntica à de **FERNANDO AUGUSTO**, tinha a função de representar a OAS em contratos ideologicamente falsos com as empresas de fachada M.O., RIGIDEZ, e RCI, a fim de possibilitar a lavagem dos valores ilícitos relacionados aos contratos celebrados com a PETROBRAS.⁶¹

5. **MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA**: como Diretor Financeiro da OAS, era responsável, junto com **JOSÉ ALDEMÁRIO** e **AGENOR**, pela liberação e

58 Autos 5049557-14.2013.404.7000, evento 201, AP-INQPOL1 – **Doc 60**.

59 Conforme depoimentos prestados por **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF - Evento 1.101, dos autos 5026212-82.2014.404.7000 – **Doc 13**.

60 **Docs 33 e 37**.

61 Vide Autos nº 5049557-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL7, fls. 000191, 000192 e 000199 – **Doc 34**.

operacionalização de pagamentos de vantagens indevidas pela **OAS** para agentes corrompidos. Conforme bem detalhou a informação nº 95/2014 – DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR⁶², tem-se que era usualmente referido em mensagens interceptadas entre **ALBERTO YOUSSEF** e o Interlocutor “LA” como a pessoa responsável por tais liberações⁶³. Nestes termos, **MATEUS** não só tinha consciência, como também participava das deliberações coletivas internas da companhia acerca da participação da OAS no Cartel e pelo oferecimento e pagamento de vantagens indevidas ao próprio **PAULO ROBERTO COSTA** e a outros empregados da PETROBRAS⁶⁴.

6. **JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI**: era um dos principais responsáveis por viabilizar pagamentos de vantagens indevidas da **OAS** no interesse da organização criminosa, tendo plena consciência do contexto ilícito em que tais pagamentos se inseriam.

A quebra de sigilo telefônico e telemático dos terminais utilizados por ALBERTO YOUSSEF decretada nos autos 5049597-93.2013.404.7000 resultou na interceptação de diversas conversas e mensagens trocadas entre ele e **JOSÉ RICARDO**, sendo, em sua grande maioria, referentes a entrega de valores.

Nesse sentido, cite-se inicialmente o relatório de monitoramento telemático nº 01/2014 – Operação Bidone⁶⁵, no qual estão elencadas conversas no período entre 26/02/13 e 06/03/14, nas quais **JOSÉ RICARDO** coordena com YOUSSEF entregas de valores, nos montantes de R\$ 66.000,00 e R\$ 500.000,00, em endereços nas cidades de Porto Alegre/RS. Também a já mencionada informação policial nº 95/2014 documenta conversas de teor semelhante entre ambos⁶⁶.

62 **Doc 14**: Evento 1, Anexo 7, dos autos 5073475-13.2014.404.7000.

63 Nesse sentido, destaca-se em especial conversa ocorrida no dia 12/03/14 em que YOUSSEF (nick PRIMO) fala a “LA”: “Falei com matheus vai liberar semana que vem” “Uma parte dos 400” - **Doc 14**.

64 Foi, inclusive, apreendido um cartão dele, como diretor financeiro da OAS S.A., no escritório de ALBERTO YOUSSEF.

65 **Docs 15 e 16**: autos 5049597-93.2013.404.7000, evento 146, anexo 3. Consoante o mencionado relatório, JOSÉ RICARDO utilizava o *nick* “JRICARDO” (PIN 2AC078FC) e YOUSSEF fazia uso do *nick* “PRIMO” (PIN 278C6A3E). O relatório de monitoramento telemático nº 06-2014 - Operação Bidone, juntado no evento 194, ANEXO1 dos mesmos autos, por sua vez, detalha que, segundo consultas de cadastro com as operadoras de serviços e telefonia responsáveis, o PIN 2AC078FC era vinculado ao telefone (11) 94226-4034, em nome da COESA ENGENHARIA LTDA., o qual foi cancelado no dia 19/03/14, dois dias após a prisão de YOUSSEF.

66 **Doc 14**.

Destaca-se nesse sentido o diálogo travado em 03/12/13, no qual combinam 2 entregas a serem feitas por YOUSSEF.

A primeira, no mesmo dia 03, aos cuidados de Sra. MARICE, no endereço Rua Doutor Penaforte Mendes, 157, AP 22, Bela Vista⁶⁷, informando que a entrega é a mando de CARLOS ARAÚJO. Deve ser destacado que na planilha "Money Delivery" apreendida há referência, para o dia 03/12, de registro dos valores de 44.240 e 200.00 reais com a indicação SP⁶⁸.

A segunda entrega deveria ser feita no dia seguinte, aos cuidados de CARLOS FONTANA, no endereço Av. Guilherme Sheel, 2952, na cidade de Canoas/RS. Em relação a essa entrega, os interlocutores mencionam Rafael e Adarico, referindo-se, muito provavelmente, a RAFAEL ÂNGULO LOPES e ADARICO NEGROMONTE FILHO, que prestavam serviço de transporte de valores para YOUSSEF.

Não bastassem tais diálogos, a movimentação de valores entre a **OAS**, por intermédio de **JOSÉ RICARDO**, e o núcleo criminoso comandado por ALBERTO YOUSSEF é confirmada pela planilha intitulada "Trans careca", apreendida na sede do escritório de contabilidade ARBOR⁶⁹. "Careca" é o apelido de JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO, emissário que trabalhava para ALBERTO YOUSSEF. Tal documento contabiliza diversos valores para a pessoa "J.Ricardo" no mês de abril de 2013, num total de R\$ 1.532.000,00.

Ademais, há elementos que indicam que **JOSÉ RICARDO** articulava com YOUSSEF o recebimento e remessa de valores em moeda estrangeira e para o exterior. Nesse sentido, no dia 27 de novembro de 2013, **JOSÉ RICARDO** cobra de YOUSSEF as datas das "invoices" que eles enviaram para o interior de São Paulo. No dia seguinte, JOSÉ RICARDO cobra de YOUSSEF, em nome de agente não identificado, número de banco correspondente na Europa, bem como números de ABA e SWIFT⁷⁰.

67 Pesquisas realizadas em diversos sistemas retornaram que a pessoa citada como destinatária possivelmente é MARICE CORREA DE LIMA, CPF 943.479.568-00, a qual possui vínculo com o referido endereço. MARICE CORREA DE LIMA é figura conhecida na época do mensalão, coordenadora administrativa do PT, que, na época, teria efetuado um pagamento de um milhão, em espécie, à COTEMINAS.

68 **Doc 17**: autos 5059447-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL27, fls. 000787.

69 **Doc 17**: autos 5059447-14.2013.404.7000, evento 488, AP-INQPOL27, fls. 000778. As movimentações registradas em nome de "J. Ricardo" são as seguintes: 1) R\$ 870.000,00, em 12/04/13; 2) R\$ 312.000,00, em 29/04/13; 3) R\$ 200.000,00, em 27/06/13; e 4) R\$ 150.000,00, em 07/08/13.

70 **Doc 14**: informação policial nº 95/2014 – DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR, no ANEXO7 do evento 1 dos autos 5073475-13.2014.404.7000.

No dia 06 de março de 2014, YOUSSEF marca um encontro com **JOSÉ RICARDO** na “Bela Cintra”, momento em que combina a entrega de dólares⁷¹.

Na data de 14 de março de 2014, **JOSÉ RICARDO** pede 20usd a YOUSSEF, sendo que, considerado o vocabulário geralmente utilizado pelos interlocutores, a autoridade policial concluiu que provavelmente se trata de pedido de 20 mil dólares⁷².

Corroborando todo o exposto, a análise do banco de dados do escritório de YOUSSEF demonstra que **JOSÉ RICARDO** visitou o operador em diversas oportunidades no período entre abril de 2011 e março de 2014, inclusive dias antes da deflagração da Operação⁷³.

Todos esse fatos revelam que os administradores e agentes das empresas do **Grupo OAS** tinham plena consciência dos ilícitos que praticavam em nome das pessoas jurídicas que representavam. Dessa forma, nos termos do art. 3º da Lei 8.429/92, **dolosamente** concorreram e se beneficiaram com a prática de atos de improbidade praticados por **PAULO ROBERTO COSTA** que acarretaram enriquecimento ilícito, danos ao erário no valor de **R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos)⁷⁴ e violação aos princípios administrativos (artigos 3º, 9, 10 e 11 da Lei 8.429/92)., devendo ser responsabilizados em conjunto com a pessoa jurídica pelos atos de improbidade descritos nesta ação.

VII – DAS SANÇÕES DE PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS:

A Lei 8.429/92, na tentativa de ver assegurada a integridade do patrimônio

71 **Doc 14**: informação policial nº 95/2014 – DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR, no ANEXO7 do evento 1 dos autos 5073475-13.2014.404.7000.

72 **Doc 16**: evento 194, ANEXO1 dos autos 5049597-43.2013.404.7000.

73 Os registros das visitas de JOSÉ RICARDO aos escritórios de ALBERTO YOUSSEF encontram-se agrupados na representação policial contante do evento 1 dos autos 5073475-13.2014.404.7000. Com o intuito de se facilitar a consulta aos elementos informativos que embasam a acusação, junta-se como **Doc 18** a primeira parte da aludida representação, que elenca os fatos relacionados ao grupo OAS.

74 Recordar-se que esse montante se refere apenas à propina que dizia respeito à Diretoria de Abastecimento, isto é, a 1% do valor dos contratos. Se fossem considerados os 2% de propina vinculados à Diretoria de Serviços, os quais serão objeto de ação própria, o valor total da propina chegaria a aproximadamente R\$ 212 milhões.

público e a probidade administrativa, pune, assim como os agentes públicos, **os particulares que tenham concorrido e se beneficiado com o ato de improbidade (artigo 3º).**

Dentre as sanções do artigo 12 da Lei 8.429/92, em todos os seus incisos, estão previstas a **proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.**

O caso dos autos demonstra satisfatoriamente a necessidade de aplicação das sanções de **proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios** para as empresas rés e seus administradores, tendo em vista que concorreram e se beneficiaram com os atos de improbidade consubstanciados nos desvios de vultosa quantia de contratos celebrados com a Petrobras para pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos.

Além disso, o sancionamento deverá abranger, como correta interpretação da lei, a proibição de contratar e de auferir benefícios com **toda a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

Perfilham o mesmo entendimento Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

À expressão Poder Público deve ser dispensada interpretação condizente com a teleologia da norma, **alcançando a administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e não somente o sujeito passivo do ato de improbidade praticado pelo ímprobo. A aplicação dessa sanção resulta da incompatibilidade verificada entre a conduta do ímprobo e o vínculo a ser mantido com a administração pública, o que torna desinfluyente qualquer especificidade em relação a esta, já que **a sanção circunda a esfera subjetiva do ímprobo, a qual não é delimitada pelo ente que tenha sido lesado pelo ato de improbidade, tornando-se extensiva a todos os demais.**⁷⁵

Não é diferente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode

75 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. "Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013

ficar restrita a um órgão do poder público, pois **os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.** (...) (REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/02/2003, DJ 14/04/2003, p. 208)

De outro lado, **para evitar subterfúgios e prevenir fraudes à aplicação da lei, em tutela inibitória de ilícito**, as sanções de proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios deverão abranger **(a)** as pessoas jurídicas ligadas ao mesmo grupo econômico (OAS S/A) que eventualmente atuem no mesmo ramo de atividade da empresas **CONSTRUTORA OAS** e **COESA ENGENHARIA LTDA**; **(b)** as pessoas jurídicas (controladas, subsidiárias, etc) cujos estatutos ou contratos sociais forem objeto de alteração para absorver as atividades da(s) empresa(s) penalizada(s) ou **(c)** outras sociedades empresariais que vierem a ser criadas para contornar a ordem judicial.

Caso contrário, haverá violação aos princípios da moralidade e da legalidade, com a admissão de uma **válvula de escape para contornar a sanção prevista em lei.**

Sobre o tema já debruçou o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA.** DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. **PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS.**

- A constituição de nova sociedade, com o mesmo objeto social, com os mesmos sócios e com o mesmo endereço, em substituição a outra declarada inidônea para licitar com a Administração Pública Estadual, com o objetivo de burlar à aplicação da sanção administrativa, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei n.º 8.666/93, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconsideração da

personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrativa à nova sociedade constituída.

- A Administração Pública pode, em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular.

- Recurso a que se nega provimento.

(RMS 15.166/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2003, DJ 08/09/2003, p. 262)

Assim, mister a observância dos parâmetros acima, sob pena de se permitir que agentes ímprobos continuamente venham a praticar condutas que lesam o patrimônio público e acarretam enriquecimento ilícito.

VIII – DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. SOLIDARIEDADE.

Dentre as sanções previstas no artigo 12 da Lei 8.429/92, há a previsão de ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Na espécie, a companhia “**Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras**” teve o patrimônio lesado em decorrência de vantagens indevidas pagas a PAULO ROBERTO COSTA e agentes públicos e privados por ele indicados.

No caso dos autos, os réus, em conjunto, foram responsáveis pelos danos ao patrimônio da companhia, e, por isso, a obrigação pela recomposição do patrimônio lesado **é solidária**, consoante dicção dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código

Civil⁷⁶ c/c artigo 5º da Lei 8.429/92⁷⁷.

No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI N. 8.429/92. **ATO DE IMPROBIDADE. REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.** (...) 3. Na hipótese em que sejam vários os agentes, cada um agindo em determinado campo de atuação, mas de **cujos atos resultem o dano à Administração Pública, correta a condenação solidária de todos na restituição do patrimônio público e indenização pelos danos causados.** (STJ, REsp 678.599/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 15/05/2007, p. 260)

Assim, a condenação dos réus, pessoas físicas e jurídicas, à reparação dos danos causados à Petrobras deverá ser **SOLIDÁRIA**, por força dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92.

IX – DO DANO MORAL COLETIVO:

Além da fixação da reparação solidária do dano material suportado pela companhia, postula-se também a condenação das rés ao **pagamento dos danos morais coletivos**, em atenção ao artigo 5º da Lei 8.429/92⁷⁸, que consagra o princípio da reparação integral.

A corrupção na Petrobras, apurada na Operação Lava Jato, traz um diagnóstico infeliz da maior estatal do país, abalada por um câncer devastador e profundo, que, apoderado de uma metástase, espalhou-se e gerou sangria inestancável aos cofres da compa-

76 (Lei 10.406/02)

“Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

[...]

Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; **e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.**”

77 (Lei 8.429/92) “Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.”

78 (Lei 8.429/92) “Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, **dar-se-á o integral ressarcimento do dano.**”

nhia. A hemorragia ocorreu em benefício de interesses escusos.

A hipótese dos autos, portanto, reclama a reparação dos danos morais coletivos provocados pelos atos ímprobos, que acarretaram lesão de grande magnitude ao patrimônio público, com forte impacto negativo na coletividade.

Sobre a possibilidade de reconhecimento dos danos morais na ação de improbidade administrativa, lecionam Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

“Do mesmo modo que as pessoas jurídicas de direito privado, as de **direito público também gozam de determinado conceito junto à coletividade**, do qual muito **depende o equilíbrio social e a subsistência de várias negociações**, especialmente em relação: a) aos organismos internacionais, em virtude dos constantes empréstimos realizados; b) aos investidores nacionais e estrangeiros, ante a freqüente emissão de títulos da dívida pública para a captação de receita; c) à iniciativa privada, para a formação de parcerias; d) às demais pessoas jurídicas de direito público, o que facilitará a obtenção de empréstimos e a moratória de dívidas já existentes etc.

(...)

Ao reconhecermos que o direito à imagem e à reputação é ínsito e inseparável da própria personalidade jurídica, integrando a esfera jurídica do sujeito passivo do ato de improbidade, **temos de atribuir, por via reflexa, ao sujeito ativo do ato de improbidade, o dever jurídico de respeitá-lo ou, em caso de descumprimento, o dever de ressarcir integralmente o dano causado**. Em casos tais, deverá o órgão jurisdicional contextualizar o ilícito praticado, transcendendo os lindes do processo e identificando a “dimensão da mácula causada à reputação do ente estatal, o que permitirá a correta valoração do dano não patrimonial e a justa fixação da indenização devida, que será revertida à pessoa jurídica lesada pelo ilícito.”⁷⁹

A jurisprudência também reconhece a possibilidade de reparação do dano moral coletivo:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. MULTA CIVIL. DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. (...) 3. **Não há vedação legal ao**

79 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

entendimento de que cabem danos morais em ações que discutam improbidade administrativa seja pela frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal.(...) (STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008)

CONSTITUCIONAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PERITO JUDICIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA.

(...) 9. **A doutrina mais abalizada, bem como a jurisprudência, admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. Entretanto, não é todo e qualquer ato de improbidade que causa dano moral à coletividade. A identificação do dano moral demanda análise do conjunto probatório constante dos autos, devendo ser consideradas as circunstâncias que envolvem cada caso concreto.**

10. Não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (...) (TRF 3ª Região, Sexta Turma, Apelreex 0006786-54.2003.4.03.6105, Rel. Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, julgado em 06.06.2013, e-DJF3 Judicial 1 Data:14.06.2013, destaquei).

Destaca-se sobre o tema, passagem do voto do Ministro Castro Meira no Recurso Especial 960.926/MG⁸⁰, cuja ementa foi transcrita acima:

“Nada justifica a exclusão da pessoa jurídica de direito público, já que um ato ímprobo pode gerar um descrédito, um desprestígio que pode acarretar o desânimo dos agentes públicos e a descrença da população que, inclusive, prejudique a consecução dos diversos fins da atividade da Administração Pública, com repercussões na esfera econômica e financeira.”

Os **contornos jurisprudenciais** para reconhecimento do dano moral na

80 STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008.

ação de improbidade administrativa são bem definidos:

“Somente quando haja **ultrapassado o limite de tolerância e o dano tenha atingido, efetivamente, valores coletivos, estará configurado o dano moral**, não sendo suficiente para caracterizá-lo a mera frustração da municipalidade ou o descrédito na administração pública (TRF 1, Apelação Cível 84420920094013901, e-DJF1 de 28/11/14);

“É possível a condenação em danos morais coletivos em ação de responsabilidade por atos de improbidade administrativa, **desde que o ato ímprobo cause evidente e significativa repercussão no meio social**, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (TRF 1, 675320084013901, e-DJF1 de 29/11/13)

“É de se observar que a doutrina mais abalizada assim como a jurisprudência admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. (...) De qualquer forma, não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal **ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não bastando meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa**. (TRF 3, AI 00021103520094030000, e-DJF3 de 26/01/2010)

A hipótese em testilha **enquadra-se perfeitamente à moldura jurisprudencial**.

Os fatos apurados na Operação Lava Jato possuem proporções gigantescas, a revelar a corrosão das entranhas da República por um esquema sofisticado para pagamento de propinas para agentes públicos na Diretoria de Abastecimento da Petrobras. A representatividade da Petrobras no Estado é revelada pelos seguintes dados:

- entre 2007 e 2010, a Petrobras foi responsável por investir **68,47%** de tudo o que a Administração Pública Federal, direta e indireta, investiu no país⁸¹;

81 Entre 2007-2010, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir do orçamento fiscal e de seguridade social, a União investiu R\$ 54,8 bilhões no país. No mesmo período, as empresas Estatais federais investiram R\$ 142,930 bilhões, dos quais a Petrobras respondeu por R\$ 135,387 bilhões. Com algumas contas simples, isso significa que todo o Governo

- entre 2011 e 2014, estima-se que esse percentual ficou em torno de **49,1%**⁸², em que pese inexistir, no presente momento, números consolidados sobre a efetiva execução orçamentária de 2014;
- para os próximos anos, projeta-se que esse percentual pode superar os **80%** em razão dos investimentos no Pré-Sal⁸³.

As sequelas são gravíssimas e se revelam, dentre outros aspectos, pela co-moção social e descrédito que os atos ímprobos geraram nas instituições republicanas e pela já corroída imagem do país no exterior, esta sempre atrelada à corrupção.

As quantias desviadas pelo corruptos e corruptores para satisfação de interesses não republicanos acarretam, ainda que indiretamente, prejuízos ao atendimento de necessidades primárias da sociedade brasileira, que clama por melhores condições de educação, saúde, segurança e estrutura de higiene sanitária. Corrupção de valores estratosféricos como a que é objeto desta ação constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos que o Estado de Direito deve tutelar. Trata-se de um verdadeiro atentado contra os direitos humanos.

A corrupção, traiçoeira e silenciosa, tais como os crimes contra a vida, mata, todavia em condições mais avassaladoras, porque espalha seus efeitos nefastos de forma sistêmica e difusa para todas as regiões do país e a todos os setores da sociedade a um só tempo.

Federal (orçamento fiscal, seguridade social e estatais) investiu R\$ 197,730 bilhões, dos quais o Grupo Petrobras foi responsável por R\$ 135,387 bilhões, ou 68,47% de tudo o que foi investido no país entre aqueles anos. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2010 – **Doc 58**.

82 Entre 2011-2014, essa conta ficou mais difícil de ser feita, porque o Governo passou a incluir na conta de investimento os financiamentos feitos por meio dos bancos públicos (CEF, BB, BNDES), mesmo para pessoas físicas. Situação idêntica ocorreu com os financiamentos do BNDES para as ações da Copa do Mundo. Mesmo com essas limitações, é possível consolidar alguns números. Entre 2011-2014, a União previu investir R\$ 340 bilhões, dos quais as estatais (excluídos os bancos) responderam por 52,24% disso (ou R\$ 177,79 bilhões). No período, os investimentos da Petrobras foram de R\$ 167,12 bilhões, o que significa 49,1% de tudo o que a União previu investir em infraestrutura. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2013 – **Doc 59**.

83 Para os próximos anos, com as previsões de investimento no Pré-Sal, a Petrobras anunciou despesas, de 2015 a 2018, de US\$ 220,6 bilhões (ou R\$ 584,59 bilhões, para um câmbio US\$ 1 = R\$ 2,65) – **Doc 54**. Com esse último anúncio, o percentual a ser investido pela Petrobras deverá superar os 80% de tudo o que a União gastará no período (esses números poderão ser confirmados com a aprovação do PPA 2016-2019, que deve ser anunciado nesse ano).

A corrupção perversa – como aquela revelada na Petrobras – coloca em risco o regime republicano e democrático, ao criar uma pauta de motivações e finalidades privadas na condução da coisa pública. Ela privatiza, e gratuitamente, o que é público e pertence a todos. Coloca em cheque as regras do jogo e do funcionamento do Estado, isto é, a própria aptidão do Estado em agir em benefício dos cidadãos. Não só a quantidade, mas a própria qualidade dos serviços públicos é atingida, pois aqueles que deveriam fiscalizar a qualidade dos serviços se comprometeram de modo fatal com interesses privados e não podem mais se contrapor a tais interesses privados espúrios sem correr riscos.

Enfim, a prática de atos ímprobos debatida nessa demanda macula a imagem de todo o Poder Público perante a coletividade, na medida em que implica perda da credibilidade da sociedade na estrutura estatal destinada à administração da coisa pública e à consecução do bem comum. Mais ainda, é bastante documentada a expansão horizontal e vertical de situações alastradas de corrupção. A corrupção na Petrobras incentiva que as mesmas construtoras que ali corrompem busquem a expansão do seu universo de benefícios mediante a corrupção de outras autoridades. Incentiva também que outras construtoras corrompam para obter os mesmos benefícios. É, ainda, um mau exemplo da cúpula do Estado para os demais estratos sociais, reforçando uma cultura de corrupção e embasando racionalizações que conduzem à elisão e evasão fiscais.

Portanto, estão delineados todos os pressupostos para a condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais coletivos decorrente das condutas ímprobas.

Com relação à fixação do *quantum debeatur*, é de se ver que além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a **ausência de punição rigorosa** faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática no sistema.

Pertinentes as reflexões de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

“Os desvios compartimentais que redundam **em estímulo à proliferação da corrupção**, na medida em que se apresentam como práticas rotineiras, ainda possuem uma dimensão mais deletéria e maléfica à organização estatal: **ensejam o surgimento de um código paralelo de conduta, à margem da lei e da razão, que paulatinamente se incorpora ao *standard* de normalidade do *homo medius***. Uma

vez iniciado esse processo, difícil será a reversão ao *status quo*, fundado na pureza normativa de um dever ser direcionado à consecução do bem de todos.

Além disso, a **corrupção no ápice da pirâmide hierárquica serve de fator multiplicador da corrupção** dentre aqueles que ocupam posição inferior, desestimulando-os a ter conduta diferente. Como a corrupção “ama as alturas”, não é incomum que os servidores mais modestos sofram uma influência daninha dos superiores hierárquicos, resultando na proliferação desse fenômeno degenerativo de cima para baixo.

(...) A prática de atos de corrupção, dentre outros fatores, sofre um sensível estímulo nas hipóteses em que seja perceptível ao corrupto que reduzidas são as chances de que sua esfera jurídica venha a ser atingida em razão dos ilícitos que perpetrrou. Por outro lado, a perspectiva de ser descoberto, detido e julgado, com a consequente efetividade das sanções cominadas, atua como elemento inibidor à prática dos atos de corrupção.

Ainda que esse estado de coisas não seja suficiente a uma ampla e irrestrita coibição à corrupção, seu caráter preventivo é indiscutível. Além das sanções de natureza penal, que podem restringir a liberdade individual, **é de indiscutível importância a aplicação de reprimendas que possam, de forma direta ou indireta, atingir o bem jurídico que motivou a prática dos atos de corrupção: o patrimônio do agente.** Quanto maiores forem os prejuízos patrimoniais que o agente poderá suportar e mais aprimorados se mostrarem os meios de controle, menores serão os estímulos à corrupção.⁸⁴

E continuam os autores:

“(...) entendemos que o **valor da indenização deve ser suficiente para desestimular novas práticas ilícitas e para possibilitar que o Poder Público implemente atividades paralelas que possam contornar o ilícito praticado e recompor a paz social.** (...)”⁸⁵

Nessa linha, os graves ilícitos praticados pelos réus revelam terem eles agi-

84 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

85 Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

do com absoluto menosprezo à coisa pública e aos valores republicanos, o que implica a necessidade de reforçar a reprimenda estatal.

Portanto, verificada a ocorrência do dano moral coletivo, é mister seja fixada a indenização, em caráter solidário, em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas pelos réus e recompor, ainda que parcialmente, os danos difusos causados, cujos valores deverão ser revertidos ao Fundo Federal de Defesa de Direitos Difusos⁸⁶.

Para que a indenização alcance integralmente tais objetivos, o valor a ser arbitrado por esse Juízo **não deve ser inferior a 10 (dez) vezes o valor do dano material causado pelas condutas dos réus, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 706.237.099,30** (setecentos e seis milhões, duzentos e trinta e sete mil, noventa e nove reais, e trinta centavos).

Por fim, cumpre ressaltar que os danos morais coletivos ora pleiteados são os decorrentes das condutas ilícitas descritas nesta ação, isto é, aqueles decorrentes do recebimento e pagamento de vantagens indevidas na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS.

Assim, não estão abrangidos por esta ação e poderão ser pleiteados em ações específicas os danos morais coletivos decorrentes, especialmente, de infrações à ordem econômica praticadas pelo Cartel de empreiteiras, de corrupção no âmbito de outras Diretorias da PETROBRAS e de desvios de recursos públicos em razão de contratações por preços superiores aos de mercado.

X – DA COMPETÊNCIA:

X.1 – Da Competência da Justiça Federal:

A respeito da competência jurisdicional para **ações de improbidade administrativa** envolvendo sociedades de economia mista federais, já está pacificado o entendimento de que a competência é da Justiça Federal, em razão de haver nítido interesse da União na **apuração de atos ilícitos praticados por seus dirigentes** (STJ, AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009).

⁸⁶ Artigo 13 da Lei n.º 7.347/85.

E, com efeito, na hipótese vertente os atos de improbidade praticados por **dirigentes da PETROBRAS S/A** repercutem direta e inevitavelmente no **patrimônio da União**, por ser esta detentora do capital majoritário da referida sociedade de economia mista.

Há, portanto, nítido **interesse jurídico e econômico** da União no feito, a atrair a competência da Justiça Federal.

O **interesse jurídico** da União decorre da própria apuração dos fatos e aplicação de sanções aos **agentes ímprobos**, a fim de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, lealdade à instituição e moralidade no âmbito da estatal. É notório que esses agentes ímprobos, frise-se, são escolhidos mediante um processo de indicações políticas feitas por integrantes da cúpula dos poderes da União.

Em outros dizeres, se a União detém o capital majoritário da PETROBRAS, é de seu total interesse jurídico a apuração dos atos ímprobos praticados por seus diretores que importaram em prejuízo à companhia.

Ademais, no caso concreto, o interesse jurídico da União fica corroborado pelo **vultoso prejuízo à imagem e ao patrimônio da sociedade de economia mista da qual é acionista majoritária e controladora**, que se ilustra com as constantes notícias relacionadas à PETROBRAS em páginas policiais e com a queda vertiginosa do valor das ações da companhia, a patamares menores do que no longínquo ano de 2005⁸⁷. Todo esse abalo decorreu justamente dos atos ímprobos praticados pelos gestores da estatal, sobre os quais a União possui interesse na investigação e repressão.

Por sua vez, o **interesse econômico** decorre da circunstância de a União ser a acionista majoritária da PETROBRAS, aliada ao fato de a demanda versar sobre a prática de atos de corrupção no âmbito da estatal que acarretaram desvios bilionários do patrimônio público em benefício de gestores e agentes públicos.

Para corroborar o interesse econômico, colhe-se dos decretos não numera-

87 <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/12/queda-nas-acoes-da-petrobras-ajuda-tirar-pequeno-investidor-da-bolsa.html>

<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2014/12/12/petrobras-cai-6-e-tem-menor-valor-em-10-anos-bolsa-tem-3-queda-semanal.htm>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

dos a seguir transcritos que a União, nos últimos 5 anos, diretamente transferiu vultosas quantias para a Petrobras:

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 2014

Transfere as dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.**

Art. 1º Ficam transferidas, das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, os saldos das dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), no valor de R\$ 4.816.046.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões e quarenta e seis mil reais),** de acordo com os Anexos I e II.

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00**, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00 (sete bilhões, cento e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais),** para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00**, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei no 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00 (um bilhão, trezentos e trinta milhões, cento e vinte e sete mil reais)**, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO DE 2010

Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Art. 1o Fica autorizado o aumento do capital social da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais, **desde que mantido o controle acionário da União**, nos seguintes termos: (...)

Art. 2o **Fica a União autorizada a subscrever ações na proporção de sua participação acionária no capital social da PETROBRAS, bem como eventuais sobras de ações, e a integralizá-las com títulos da dívida pública mobiliária federal**, nos termos do disposto no art. 9o da Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010.

Por esse motivo, a União deverá, inclusive, aderir ao polo ativo desta lide, consoante autoriza o artigo 5ª da Lei 9.469/97:

Art. 5º **A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés**, autarquias, fundações públicas, **sociedades de economia mista** e empresas públicas federais.

Parágrafo único. **As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico**, para esclarecer

questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Ratifica tais argumentos o já citado **entendimento do Superior Tribunal de Justiça que fixa a competência da Justiça Federal para ações de improbidade que versam sobre atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista controlada pela União**, em virtude do interesse jurídico e econômico esta no julgamento da causa.

A propósito, ao julgar o AgRg no Conflito de Competência nº 122.629-ES, o Superior Tribunal de Justiça consignou que, em se tratando de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal, relativamente a **atos praticados por dirigentes de sociedade de economia mista, cujo capital majoritário pertença à União, a competência é da Justiça Federal**:

(...) AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **AJUIZAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ATOS PRATICADOS POR DIRIGENTES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, CUJO CAPITAL MAJORITÁRIO PERTENCE À UNIÃO. INTERESSE ECONÔMICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. Conforme o entendimento jurisprudencial da **Primeira Seção, "o mero ajuizamento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal"** (AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009). No mesmo sentido: CC 100.300/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 25/05/2009. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 122629/ES, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, 1ª Seção, julgado em 13/11/2013, DJe 02/12/2013)

Do voto condutor do acórdão, destaque-se elucidativo trecho, que deixa clara a razão pela qual a atuação do MPF, em situações tais, leva à competência da Justiça Federal:

"Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus

dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial. De outro lado, tendo sido **o Ministério Público Federal o autor da ação civil pública, a competência da justiça federal é indeclinável**, conforme entendimento jurisprudencial pacífico da Primeira Seção do STJ"

Mais recentemente, em 26 de agosto de 2014, o **Superior Tribunal de Justiça** ratificou tal posicionamento no julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, demanda que envolvia a prática de improbidade administrativa no âmbito de **sociedade de economia mista cujo capital majoritário pertence à União**, no caso, a Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE IMPROBIDADE AJUIZADA NA JUSTIÇA FEDERAL** PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS TRABALHISTAS **EM PREJUÍZO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA (CODESA)**. DECLÍNIO EX OFFICIO DA COMPETÊNCIA. PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO POLO ATIVO DA AÇÃO. **INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO COMO ACIONISTA MAJORITÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDA.**

1. Na origem, o Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa para apurar responsabilidades pela prática de irregularidades consistentes na celebração de acordos judiciais em demandas trabalhistas por valores superiores àqueles aos quais a Codesa - Companhia Docas do Espírito Santo havia sido condenada, acarretando prejuízo de R\$ 502.443,57 (fl. 25), cujo valor atualizado para a presente data corresponde a R\$ 1.001.473,78 (um milhão, mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme os critérios da Tabela Prática do TJSP.

2. A específica questão sobre a competência para processar e julgar ação de improbidade para apuração de atos em prejuízo da Codesa foi solucionada no recentíssimo julgamento do AgRg no CC 122.629/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 2/12/2013, **quando a colenda Primeira Seção consignou que "o mero ajuizamento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal** (AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009)". No mesmo sentido, os seguintes precedentes: CC 40534/RJ, Rel. Min.

Teori Albino Zavaski, DJU de 17.05.04; AgRg no CC 107.638/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/4/2012; CC 116.282/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 6/9/2011; CC 112.137/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, DJe 1º/12/2010.

3. No mesmo julgamento (AgRg no CC 122.629/ES), a **Primeira Seção reconheceu a presença de interesse jurídico ao afirmar que, "Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial."** Em idêntico sentido - inclusive versando caso análogo que envolve a Companhia Docas do Rio de Janeiro - o entendimento perfilhado no REsp 1281945/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 1º/12/2011, que trata de hipótese em tudo semelhante ao caso concreto.

4. Assim, adotar entendimento diverso do aqui exposto desaguaria em julgamento flagrantemente contraditório à orientação fixada pela Colenda Primeira Seção nos autos do Conflito de Competência 122.629/ES, oportunidade em que, debruçando-se sobre a específica questão aqui debatida, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da justiça federal.

5. A orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ACO 987 - "a presença de sociedade de economia mista em procedimento investigatório não acarreta, por si só, na presunção de violação de interesse, econômico ou jurídico, da União" - em nada conflita com o entendimento aqui exposto, **já que, no caso concreto, o interesse da União não fora presumido, mas sim evidenciado pela sua condição de acionista majoritária da Codesa**, ostentando nada menos que 89,271% das suas ações e o controle acionário da mencionada sociedade de economia mista, **que somente no ano de 2013 recebeu dos cofres públicos aportes financeiros superiores a 90 milhões de reais, de modo que é inegável o interesse da União em investigar danos causados, em última análise, ao seu próprio patrimônio.**

6. Os precedentes do Colendo STF mencionados pelo nobre causídico da Tribuna, na sessão de 6.2.2014, não se amoldam ao presente caso, na medida em que neste a

competência foi fixada não somente pelo polo ativo da demanda, **mas também pelo já reconhecido interesse da União no feito.**

7. Recursos Especiais providos.

(REsp 1249118/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/2014, **DJe 28/11/2014**)

Destacam-se as seguintes passagens do voto condutor do julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, cujo acórdão foi publicado em 20/11/2014:

(...) São dois, portanto, os aspectos que determinam a competência da Justiça Federal no caso concreto.

O **primeiro** deles consiste no fato de a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa ter sido ajuizada pelo Ministério Público Federal, o que, nos termos dos precedentes desta Corte, é suficiente para firmar a competência da Justiça Federal, conforme julgados que acrescento ao anteriormente transcrito para corroborar essa orientação: (...) O **segundo** aspecto que determina a competência da Justiça Federal diz com a presença do interesse jurídico manifestado pela União em relação à Ação Civil Pública que visa apurar atos de improbidade praticados em detrimento da Codesa – Companhia Docas do Espírito Santo, sociedade de economia mista cujo controle acionário é titularizado pela União, com nada menos que 89,271% das suas ações (fl. 44), informação corroborada pelo Relatório de Administração do exercício de 2007, disponível em "[http://www.codesa.gov.br/site/LinkClick.aspx?fileticket=evASck_0u](http://www.codesa.gov.br/site/LinkClick.aspx?fileticket=evASck_0uDc%3D&tabid=108&language=en-US)

[Dc%3D&tabid=108&language=en-US](http://www.codesa.gov.br/site/LinkClick.aspx?fileticket=evASck_0uDc%3D&tabid=108&language=en-US)", nestes termos:

(...) Nesse cenário, não restam dúvidas quanto à competência da Justiça Federal, **seja pela presença do Ministério Público Federal no polo ativo da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, seja pelo reconhecido interesse econômico-jurídico da União em relação à apuração de irregularidades em detrimento do patrimônio de sociedade de economia mista cujo capital é formado majoritariamente por verbas federais, tendo a União a qualidade de acionista controladora.**

(...) Ora, se a sociedade de economia mista recebera, só no ano de 2013, aporte su-

perior R\$ 90 milhões pela União, **dúvida não há quanto ao interesse desta última na apuração de atos de improbidade que lesaram o conjunto de bens, direitos e obrigações da Codesa, que, em última análise, constitui patrimônio do próprio ente público, como largamente demonstrado. (...)**"

Em reforço aos argumentos ao norte expendidos, é de se ver que a **5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**, órgão revisional e de coordenação de matérias vinculadas ao patrimônio público no âmbito do MPF, já se posicionou no sentido de que os atos de improbidade de administrativa praticados em detrimento da Petrobras S/A são de competência da Justiça Federal. Eis o teor do acórdão:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TCU. TC 008.467/2005-9. **PETROBRAS S.A. SEDE REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS. CONTRATO Nº 295.2.147.00-9 FIRMADO COM A EMPRESA COMTRAC ELETRÔNICA LTDA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO TRONCALIZADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS FEDERAIS. CAPITAL SOCIAL MAJORITÁRIO PERTENCENTE À UNIÃO. PRECEDENTES DO STJ. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. VOTO PELO RETORNO DOS AUTOS PARA MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS CABÍVEIS. REDISTRIBUA-SE O FEITO. (5ª CCR, IC 1.25.000.002442/2012-16, Relator Subprocurador-Geral da República Nicolao Dino Neto, Voto 9848/2014, julgado na 838ª Sessão da 5ª CCR, de 15/10/2014)**

Em suma, diante da reunião do interesse jurídico e do interesse econômico da União no julgamento da demanda, **fixa-se a competência da Justiça Federal.**

De outra parte, a par de a competência da Justiça Federal decorrer diretamente do interesse jurídico e econômico da União, na hipótese dos autos a competência federal também deflui da relação de continência entre os fatos especificamente narrados nesta ação e o esquema criminoso instalado no seio da **PETROBRAS** para desviar recursos públicos em benefício indevido de partidos políticos e agentes políticos federais.

De fato, consoante se extrai dos depoimentos prestados por **PAULO ROBERTO COSTA** e ALBERTO YOUSSEF na Ação Penal nº 5026212-82.2014.404.7000⁸⁸, cerca de

60% dos valores arrecadados na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS em razão da função ocupada por seu Diretor (1% do valor dos contratos) eram destinados a um caixa geral operado por JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, para posterior repasse a agentes políticos, em sua grande maioria do Partido Progressista (PP).

Ou seja, as vantagens indevidas recebidas por PAULO ROBERTO COSTA, as quais constituem o objeto desta ação, não eram recebidas apenas para si, mas também para terceiros – partidos políticos, Senadores da República e Deputados Federais (agentes políticos federais)⁸⁹.

No entanto, a mera opção do Ministério Público Federal de cindir o polo passivo das ações, visando a otimizar a tramitação processual e a alcançar o ditame constitucional da razoável duração dos processos, evidentemente não pode resultar na modificação da competência jurisdicional originária da Justiça Federal para todos os fatos, pois são todos eles conexos/continentes e têm origem comum.

Nessa linha, aliás, o entendimento exposto pelo Juiz Federal Titular da 13ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, SÉRGIO FERNANDO MORO, na Ação Penal nº 5083360-51.2014.404.7000⁹⁰, *mutatis mutandis*:

“Relativamente à adequação formal, reputo razoável a iniciativa do MPF de promover o oferecimento separado de denúncias a cada grupo de dirigentes de empreiteiras.

Apesar da existência de um contexto geral de fatos, a formulação de uma única denúncia, com dezenas de fatos delitivos e acusados, dificultaria a tramitação e julgamento, violando o direito da sociedade e dos acusados à razoável duração do processo.

[...]

Também é razoável a opção do MPF em incluir na denúncia, quanto aos crimes de corrupção, apenas o pagamento de vantagem indevida a Paulo Roberto Costa,

89 Consoante explicado no item I desta ação, serão objeto de ações específicas a participação de agentes políticos e partidos políticos como indutores e beneficiários dos atos de improbidade imputados a **PAULO ROBERTO COSTA** e o enriquecimento ilícito desses agentes.

90 Ação Penal nº 5083360-51.2014.404.7000, Evento 9.

deixando para outras denúncias o pagamento a outros empregados do alto escalão da Petrobras.

Apesar da separação da persecução, oportuna para evitar o agigantamento da ação penal com dezenas de crimes e acusados, remanesce o Juízo como competente para todos, nos termos dos arts. 80 e 82 do CPP.”

Diante disso, conclui-se que a **Justiça Federal** é definitivamente competente para o processamento e julgamento desta demanda, seja em razão do interesse jurídico da União na apuração dos atos praticados por empregados públicos, seja por força do interesse econômico da União em sociedade de economia mista na qual detém mais de metade do capital social e na qual injetou significativos recursos diretos, seja ainda em razão de se estar diante da relação de continência entre os fatos específicos descritos nesta ação e o esquema de desvio de recursos públicos da PETROBRAS para abastecer o caixa de partidos políticos e beneficiar agentes políticos federais.

X.2 – Da Competência territorial da Seção Judiciária do Paraná:

Fixada a competência da Justiça Federal para julgar o feito, mister apontar os motivos para se firmar a **competência territorial da Seção Judiciária do Paraná**.

Em sede de improbidade administrativa, não havendo disposição específica na Lei 8.429/92 sobre competência, entende-se aplicável o regramento da Lei 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública), em razão de ambas as ações voltarem-se à tutela coletiva – no caso, do patrimônio público e da probidade administrativa. Nesse sentido tem reiteradamente decidido o Superior Tribunal de Justiça⁹¹.

Assim, para a ação de improbidade administrativa a competência é a do **local do dano**, conforme exposto no art. 2º da Lei 7.347/85⁹².

Na hipótese dos autos, os danos causados pelos atos de improbidade administrativa praticados pelos réus podem ser nitidamente qualificados como **danos difusos**.

91 **AgRg nos EDcl no CC 120.111/DF**, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Primeira Seção, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013.

92 (Lei 7.347/85) “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

Tal se dá, essencialmente, porque: (1) os desvios de recursos públicos e os pagamentos de propina atingem a todos os brasileiros, haja vista que estes exercem a titularidade indivisível dos bens jurídicos lesados, e (2) os danos tiveram origem em diversas obras da PETROBRAS, que foram realizadas em diferentes unidades federativas do país.

Especificamente sobre este segundo ponto, dissecando-se as obras em relação às quais foi acertado entre os réus o pagamento de propina, verifica-se que não se restringiram a um determinado complexo de obras ou sequer a um Estado da federação. Do contrário, o pagamento de vantagens indevidas e o beneficiamento das empresas contratadas, em detrimento do patrimônio público, ocorreu em diferentes projetos e obras da PETROBRAS – até mesmo porque, como já devidamente descrito, essa prática ilícita permeou todos os contratos da empresa no período de 2004 a 2012.

Assim, ainda que se pretenda circunscrever o dano causado por tais condutas aos locais em que as obras foram realizadas, deve-se observar que os atos de improbidade descritos nas ações que estão sendo ajuizadas em conjunto, as quais dizem respeito a fatos umbilicalmente relacionados, relacionam-se a obras localizadas nos Estados do **Paraná (Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, localizada em Araucária)**, da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, na hipótese de circunscrição do dano ao local das obras, todos esses locais seriam concorrentemente competentes para o ajuizamento desta ação.

Entretanto, o dano ocasionado pelas condutas ímprobas descritas nesta peça evidentemente não se limita ao local das obras realizadas pelas rés. É que esta empresa tinha participação ativa no **Cartel** de empreiteiras formado para fraudar o caráter competitivo de todas as licitações realizadas pela PETROBRAS no período de 2004 a 2012. Assim, o fato de ter acertado, em reuniões com as demais integrantes do Cartel, que somente realizaria obras em determinados Estados da Federação não descaracteriza a conclusão de que ela também é responsável pelos prejuízos decorrentes das licitações que não venceu, pois nestas ela teve participação ativa consistente em deixar de apresentar propostas competitivas.

Portanto, pode-se afirmar que o resultado de cada uma das licitações fraudadas é imputável tanto a **PAULO ROBERTO COSTA**, por ter facilitado o funcionamento do Cartel na PETROBRAS e se omitido em relação às providências exigíveis de sua função, quanto a cada uma das empreiteiras participantes do Cartel, por terem previamente acertado en-

tre si as vencedoras de cada certame.

Com isso, pode-se concluir com segurança que os danos que fixam a competência para esta lide não são locais ou regionais, mas sim constituem **danos de âmbito nacional**, porque: **(1)** afetam difusamente a todos os brasileiros, **(2)** as obras em que houve pagamento de propina localizam-se em diversos Estados da Federação, dentre os quais o Estado do Paraná, e **(3)** os réus desta ação, por participarem de um Cartel com atuação em âmbito nacional, são igualmente responsáveis por todas as obras vencidas pelas empreiteiras cartelizadas no período de 2004 a 2012.

Tratando-se de danos de âmbito nacional, aplicável o regramento do art. 93 da Lei 8.078/90, que confere **competência concorrente** aos foros das Capitais dos Estados e do Distrito Federal em tais casos⁹³. Assim, o foro federal da Seção Judiciária do Paraná é igualmente concorrente ao foro das demais capitais e do Distrito Federal, ou ao foro dos demais Estados em que foram realizadas obras identificadas nesta ação ou vencidas pelo Cartel de empreiteiras.

Mas não é só. Diante da dificuldade em se delimitar o local do dano nas ações de improbidade administrativa, o **Superior Tribunal de Justiça** decidiu que a competência também pode ser definida em razão da **prevalência da localidade onde se localiza a maior parte dos elementos probatórios**, tendo como objetivos a celeridade processual, a ampla defesa e a razoável duração do processo. Confira-se:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. **AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**. LOCAL DO DANO - ART. 2º DA LEI 7.347/85. DIVERGÊNCIA QUANTO À AMPLITUDE DO DANO. **PREVALÊNCIA DA LOCALIDADE ONDE SE LOCALIZAM A MAIOR PARTE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS**. PREJUÍZOS MAIS GRAVES SOBRE A SEDE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS. **INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. CELERIDADE PROCESSUAL, AMPLA DEFESA E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO**.

93 (Lei 8.078/90) "Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente."

1. Discute-se nos autos a competência para processar e julgar ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal contra servidores públicos e particulares envolvidos na prática de crimes de descaminho de cigarros oriundos do Paraguai e destinados ao Estado de Sergipe.

2. Não há na Lei 8.429/92 regramento específico acerca da competência territorial para processar e julgar as ações de improbidade. Diante de tal omissão, tem-se aplicado, por analogia, o art. 2º da Lei 7.347/85, ante a relação de mútua complementariedade entre os feitos exercitáveis em âmbito coletivo, autorizando-se que a norma de integração seja obtida no âmbito do microssistema processual da tutela coletiva.

3. A *ratio legis* da utilização do local do dano como critério definidor da competência nas ações coletivas é proporcionar maior celeridade no processamento, na instrução e, por conseguinte, no julgamento do feito, dado que é muito mais fácil apurar o dano e suas provas no juízo em que os fatos ocorreram.

4. No caso em análise, embora haja ilícitos praticados nos Estados do Paraná, São Paulo e Sergipe, o que poderia, a princípio, caracterizar a abrangência nacional do dano, **deve prevalecer, na hipótese, a informação fornecida pelo próprio autor da demanda de que a maior parte dos elementos probatórios da ação de improbidade encontra-se situada em São Paulo. Ressalte-se, ainda, ser tal localidade alvo da maioria dos atos ímprobos praticados e sede dos locais de trabalho dos servidores públicos envolvidos.**

5. Interpretação que se coaduna com os princípios da celeridade processual, ampla defesa e duração razoável do processo.

6. Conflito conhecido para declarar competente o juízo federal de São Paulo, o suscitante.

(CC 97.351/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 10/06/2009)

No caso concreto, **a maior parte dos elementos probatórios desta ação encontra-se em Curitiba/PR**, localidade em que foram apurados os fatos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e onde estão em curso as ações penais nºs 5083351-

89.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000⁹⁴, em que se imputam ilícitos penais correlatos aos atos de improbidade administrativa aqui descritos.

Sobre a questão, ao definir a competência territorial da 13ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Curitiba para o julgamento de ação penal decorrente da *Operação Lava Jato*, o Juiz Federal Titular SÉRGIO FERNANDO MORO levou em conta, entre outros motivos, **a origem comum de toda a investigação:**

AÇÃO PENAL Nº 5026212-82.2014.404.7000/PR, Evento 3:

" (...) Oportuno ainda destacar, nessa decisão, que a competência deste Juízo para a presente ação penal já foi objeto de deliberação na decisão datada de 24/02/2014 do processo 5001446-62.2014.404.7000 (evento 22), justificando-se, em apertada síntese, pelos crimes conexos de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes crimes contra a Administração Pública e crimes de tráfico de drogas, com consumação em Londrina e Curitiba, **além da origem comum de toda a investigação criminal**. Observo, aliás, que o crime de lavagem de produto de tráfico de drogas, com consumação em Curitiba, já foi objeto de denúncia em separado (processo 5025687-03.2014.404.7000). Apesar da separação, oportuno para evitar o agigantamento da ação penal com fatos conexos, mas distintos, remanesce o Juízo como competente para todos, nos termos dos arts. 80 e 82 do CPP. **(AÇÃO PENAL Nº 5026212-82.2014.404.7000/PR**, Evento 3)

Da mesma forma, a tramitação das ações de improbidade administrativa neste foro constituirá facilitador para a ampla defesa dos réus, haja vista que algumas das pessoas físicas arroladas no polo passivo encontram-se custodiadas em Curitiba, e nesta Seção Judiciária também se processam as ações penais a que respondem os réus. Evidentemente, também é aqui onde o processo terá duração mais condizente com o princípio constitucional da celeridade processual.

Assim, também por esse critério é o foro federal da Seção Judiciária de Curitiba o competente para o julgamento desta demanda.

Em conclusão, analisadas as diferentes perspectivas pelas quais se pode en-

94 Distribuídas para a 13ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Curitiba.

tender a delimitação da competência territorial para as ações de improbidade administrativa, conclui-se que **em todas as opções o foro federal da Seção Judiciária do Paraná é competente** para o processamento e julgamento desta demanda, no caso concreto. Em síntese:

a) no caso de reconhecimento de dano de âmbito nacional, o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo igual aos demais foros federais das capitais dos Estados e do Distrito Federal para o julgamento desta demanda;

b) no caso de reconhecimento de dano – de âmbito nacional ou local – circunscrito aos locais em que o Cartel de empreiteiras atuou (incluindo as licitações em que as empresas rés desta ação voluntariamente deixaram de participar em razão do acordo celebrado no âmbito do Cartel), o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo equivalente aos foros federais que circunscrevem os locais de realização de todas as obras vencidas pelo Cartel;

c) no caso de reconhecimento de dano - de âmbito nacional ou local - circunscrito aos Estados em que foram realizadas as obras que ocasionaram os pagamentos de propina identificados nesta ação, o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo idêntico aos foros federais dos demais Estados em que foram realizadas tais obras;

d) no caso de prevalência da localidade onde se localiza a maior parte dos elementos probatórios (consoante jurisprudência do STJ), é o foro da Seção Judiciária do Paraná o competente.

Diante disso, em vista da extensão nacional do dano, dos locais de realização das obras que geraram o pagamento de propina e da localização dos elementos probatórios, e em atenção aos princípios da celeridade processual, da ampla defesa e da duração razoável do processo, **firma-se a competência da Seção Judiciária de Curitiba** para o processamento e julgamento desta demanda.

X.3 – Da Competência pela Prevenção

Cumprido, ainda, apontar que já tramita na 2ª Vara Federal de Curitiba a ação de improbidade administrativa nº 5006628-92.2015.4.04.7000, ajuizada em face de **PAULO ROBERTO COSTA**, da pessoa jurídica ENGEVIX ENGENHARIA S/A e sua holding, além de seus

administradores.

Referida ação de improbidade administrativa tem a mesma causa de pedir desta ação – o recebimento de vantagens indevidas por **PAULO ROBERTO COSTA** e outros Diretores da PETROBRAS, pagas pelas empreiteiras que compõe o cartel que atuou na companhia, ao menos, no período de 2004 a 2012..

Assim, nos termos do art. 103 do Código de Processo Civil, há **conexão** entre esta ação e a ação de improbidade administrativa nº 5006628-92.2015.4.04.7000, em curso nessa 2ª Vara Federal de Curitiba.

Já restou explicado no item acima que às ações de improbidade administrativa aplica-se o regramento de competência previsto no art. 2º da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), haja vista que ambas inserem-se no microssistema de proteção coletiva de direitos difusos.

Tal artigo contém disposição específica acerca da prevenção, a qual, diferindo das regras dos arts. 106 e 219 do Código de Processo Civil, estabelece **a propositura da ação como o momento processual fixador da competência por prevenção**⁹⁵.

Diante disso, a presente ação deve tramitar na 2ª Vara dessa Seção Judiciária Federal, vez que se encontra preventa por força da prévia propositura e distribuição da ação de improbidade administrativa conexa nº 5006628-92.2015.4.04.7000.

XI – DOS PEDIDOS FINAIS.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

a) sejam **NOTIFICADOS** os réus para oferecerem manifestação escrita em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92;

b) sejam **INTIMADAS** a **UNIÃO** e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS** para integrarem o polo ativo da lide, nos termos do art. 17, §3º, da Lei 8.429/92,

95 (Lei 7.347/85) “Art. 2º [...]”

Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.”

c/c o art. 6º, § 3º, da Lei 4.717/92;

c) sejam **CITADOS** os requeridos para, querendo, oporem-se à pretensão aqui deduzida, nos termos do § 9º do art. 17 da Lei 8.429/92, sob pena de revelia;

d) seja o pedido julgado procedente para **DECLARAR** a existência de relação jurídica decorrente da subsunção das condutas dolosas de **PAULO ROBERTO COSTA** descritas nesta ação às hipóteses normativas dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, ressaltando-se não estar incluído no pedido a condenação deste réu nas sanções do artigo 12 da referida lei⁹⁶;

e) seja o pedido julgado procedente para **CONDENAR** os réus **OAS S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA, COESA ENGENHARIA LTDA, JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOÃO ALBERTO LAZZARI, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA e JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI** pela prática de **ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA mediante CONDUTAS DOLOSAS**, com fundamento nos arts. 3º, 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92, com a consequente aplicação das sanções do art. 12, I, da Lei 8.429/92. Na hipótese de V. Exa. não entender pelo enriquecimento ilícito, requer a condenação nas sanções do art. 12, II ou III, da Lei 8.429/92;

f) com relação à **sanção de ressarcimento ao erário**, a condenação solidária dos réus, salvo Paulo Roberto Costa, nos termos dos artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92, no valor de **R\$ 70.623.709,93** (setenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e nove reais, e noventa e três centavos), acrescido de juros de mora e correção monetária desde a data do ilícito⁹⁷;

g) especificadamente quanto às **sanções de (1) proibição de contratar com o Poder Público e de (2) receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, que as penalidades venham a abranger (a) as pessoas jurídicas ligadas ao mesmo grupo econômico (**OAS S/A**) que eventualmente atuem no mesmo ramo de atividade da empresa **CONSTRUTORA OAS LTDA e COESA ENGENHARIA LTDA**; (b) as pessoas jurídicas

96 Trata-se de pedido de declaração da existência de relação jurídica, consoante autoriza o art. 4º, I e parágrafo único, do Código de Processo Civil, e explicado no item VI.1 desta peça.

97 **Código Civil**: Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou; **STJ**, Súmulas 43 e 54.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(controladas, subsidiárias etc.) cujos estatutos ou contratos sociais forem objeto de alteração para absorver as atividades da(s) empresa(s) penalizada(s) e (c) outras sociedades empresariais que vierem a ser criadas para contornar a ordem judicial, com a consequente comunicação à Controladoria-Geral da União (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS) e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Sistema Unificado de Fornecedores – SICAFI);

h) ainda, a condenação dos réus, salvo Paulo Roberto Costa⁹⁸, ao **pagamento solidário⁹⁹ de danos morais coletivos** em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas, a ser arbitrado por V. Exa., em valores não inferiores a 10 (dez) vezes o valor do dano material causado pelas condutas dos réus, **o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 706.237.099,30** (setecentos e seis milhões, duzentos e trinta e sete mil, noventa e nove reais, e trinta centavos).

i) uma vez julgados procedentes os pedidos, seja comunicado o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para inclusão do nome dos ímprobos no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa;

j) por fim, a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial, depoimento pessoal dos requeridos, oitiva de testemunhas, perícias e outras que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 776.860.809,23** (setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e sessenta mil, oitocentos e nove reais, e vinte e três centavos).

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015.

DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL

Procurador da República

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA

Procurador Regional da República

ORLANDO MARTELLO

Procurador Regional da República

⁹⁸ Este pedido não inclui a condenação de Paulo Roberto Costa, em respeito ao Acordo de Colaboração firmado com o Ministério Público Federal.

⁹⁹ Artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

JANUÁRIO PALUDO

Procurador Regional da República

ANTÔNIO CARLOS WELTER

Procurador Regional da República

ROBERSON HENRIQUE POZZONBON

Procurador da República

DIOGO CASTOR DE MATTOS

Procurador da República

PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO

Procurador da República

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

Procurador da República

Sumário

I – SÍNTESE E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA AÇÃO.....	2
II – DA OPERAÇÃO LAVA JATO.....	5
III – DA SISTEMÁTICA DE PAGAMENTOS DE PROPINA NA PETROBRAS.....	7
III.1 – O esquema de pagamento de propina.....	7
III.2 – Pagamentos realizados por intermédio de empresas de fachada operadas por ALBERTO YOUSSEF.....	14
III.3 – Pagamentos realizados por intermédio de contratos fictícios celebrados com a empresa COSTA GLOBAL.....	20
IV – DOS INTERESSES DAS EMPREITEIRAS NA PETROBRAS.....	22
IV.1 – O cartel de empreiteiras.....	22
IV.2 – Do interesse das empreiteiras em atos comissivos e omissivos de PAULO ROBERTO COSTA.....	27
V – DO PAGAMENTO DE PROPINA PELA CONSTRUTORA OAS.....	29
V.1 – Os contratos da CONSTRUTORA OAS em que houve pagamento de propina.....	29
V.2 – Os pagamentos realizados pela CONSTRUTORA OAS por intermédio das empresas operadas por YOUSSEF.....	36
VI – INDIVIDUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL DAS CONDUTAS.....	50
VI.1 – PAULO ROBERTO COSTA:.....	50
VI.2 – CONSTRUTORA OAS LTDA., COESA ENGENHARIA LTDA. E OAS S/A.....	58
VI.3 – JOSÉ ALDEMÁRIO PINHEIRO FILHO (“LÉO PINHEIRO”), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOÃO ALBERTO LAZZARI, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA e JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI.....	60
VII – DAS SANÇÕES DE PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO E DE RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS:.....	64
VIII – DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. SOLIDARIEDADE.....	67
IX – DO DANO MORAL COLETIVO:.....	68
X – DA COMPETÊNCIA:.....	75
X.1 – Da Competência da Justiça Federal:.....	75
X.2 – Da Competência territorial da Seção Judiciária do Paraná:.....	85
X.3 – Da Competência pela Prevenção.....	90
XI – DOS PEDIDOS FINAIS.....	91